

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ketlen Luiza Meneghel dos Passos

**A ESTRUTURAÇÃO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO DA CHINA, EM
ESCALA GLOBAL, A PARTIR DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

Santa Cruz do Sul

2023

Ketlen Luiza Meneghel dos Passos

**A ESTRUTURAÇÃO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO DA CHINA, EM
ESCALA GLOBAL, A PARTIR DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul, modalidade monografia, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Ms. Oscar Graeff Siqueira.

Santa Cruz do Sul

2023

AGRADECIMENTOS

Sempre me considereei uma pessoa de muita sorte e com inúmeros motivos para ser grata. E agora, com certeza, não seria diferente.

Dessa forma, início agradecendo à minha família por ser estrutura e impulso para tudo que realizo, a certeza de que tenho vocês ao meu lado me tranquiliza e motiva todos os dias. Em especial, agradeço à minha mãe e à minha irmã por darem cor para a minha vida e razão para cada vez ir mais longe. Tudo é sempre por e para vocês independentemente de onde eu esteja.

Agradeço também a minha vó, que apesar de não estar mais fisicamente comigo, permanece presente em tudo que faço. Obrigada por sempre ter cuidado e continuar cuidando do meu coração.

Aos meus amigos, me faltam palavras para expressar o quanto sou grata e admiro vocês. Obrigada por me transbordarem, acolherem e incentivarem. É uma honra poder dividir a vida com vocês e saber que sempre terei uma segunda casa ao lado de cada um.

Ao meu professor orientador, Oscar Graeff Siqueira, por dividir parte do seu conhecimento comigo e me guiar nessa trajetória. A realização desse sonho apenas se tornou concreta devido a sua orientação. Espero no futuro ser uma profissional tão apaixonada pela minha profissão quanto o senhor é.

Agradeço, também, a todos os professores que tive a honra de conhecer nessa jornada acadêmica. Os ensinamentos de vocês me trouxeram e prepararam para esse momento e para a minha futura profissão.

Por fim, agradeço a mim por lutar pelo que eu acredito, por ser resiliente e não desistir. Nem sempre o caminho foi fácil, mas ele sempre valeu a pena. A trajetória começa aqui e eu tenho certeza de que ela vai ser incrível.

RESUMO

Este trabalho se propôs a compreensão acerca da estruturação do poder econômico e político da China, em escala global, a partir da primeira década do século XXI. Para tal fim, se buscou, em primeiro lugar, entender as contribuições das perspectivas realista e marxista para o estudo da política externa, assim como entender todo o aparato histórico do governo chinês a partir do final do período dinástico. Devido à sua relevância no sistema global e ao aumento da sua influência, cada vez maior fora de suas fronteiras através de acordos multilaterais e iniciativas como a do Cinturão e Rota, se faz necessário compreender os governos que precederam o atual governante, Xi Jinping, e que contribuíram para a construção da China contemporânea. Sendo assim, optou-se pela construção de uma abordagem histórica descritiva, empregando, em primazia, artigos e livros para a sua elaboração. Com base nisso, foi evidenciado a importância da compreensão das teorias realista e marxista, bem como seus conceitos centrais, para o entendimento da ascensão da China no Sistema Internacional. Além disso, notou-se que o governo chinês encontrou meios de formular uma estrutura econômica e social com características chinesas para possibilitar a sua abertura comercial e ascensão global. Dessa forma, apesar de já ser considerada como um dos principais *players* globais, ainda se percebe muitos desafios a serem enfrentados para a sua consolidação como uma possível potência hegemônica.

Palavras-chave: China; Abertura comercial; Realismo; Marxismo.

ABTRACT

This monography set out to understand the structure of China's economic and political power, on a global scale, from the first decade of the 21st century. To this end, we sought, firstly, to understand the contributions of the realist and Marxist perspectives to the study of foreign policy, as well as to understand the entire historical apparatus of the Chinese government from the end of the dynastic period. Due to its relevance in the global system and its increasing influence outside its borders through multilateral agreements and initiatives such as the Belt and Road, it is necessary to understand the governments that preceded the current ruler, Xi Jinping, and that contributed to the construction of contemporary China. Therefore, we opted for the construction of a descriptive historical approach, using, in primacy, articles and books for its elaboration. Based on this, it was evidenced the importance of understanding the realist and Marxist theories, as well as their central concepts, for understanding the rise of China in the International System. Besides that, it was noted that the Chinese government found ways to formulate an economic and social structure with Chinese characteristics to enable its trade opening and global rise. Thus, despite already being considered one of the main global players, there are still many challenges to be faced for its consolidation as a possible hegemonic power.

Keywords: China; Commercial opening; Realism; Marxism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entrada de investimento direto externo em bilhões de dólares a preços correntes e participação, em percentual, da entrada de IDE na China em relação ao mundo (direita)	41
Gráfico 2 - Taxa de câmbio chinesa – yuan por dólar	43
Gráfico 3 – Evolução do Produto Interno Bruto da República Popular da China (valores em trilhões de US\$ correntes)	45
Gráfico 4 – Corrente de comércio chinesa após a entrada da China na OMC em bilhões de dólares (lado esquerdo) e participação das exportações chinesas nas exportações mundiais em percentual (lado direito)	48
Gráfico 5 – Dispêndio em P&D em relação ao PIB, países selecionados (2000-2014)	51
Gráfico 6 – Dispêndios em P&D, em preços correntes – principais países (em milhões de US\$)	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produto Interno Bruto real das ZEEs (em bilhões de yuan)	40
Tabela 2 - Salários mensais em países selecionados (em US\$)	44
Tabela 3 – China: empresas das universidades	51
Tabela 4 – Distribuição regional percentual dos investimentos chineses	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Problema de pesquisa	9
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 Objetivo geral.....	9
1.2.2 Objetivos específicos.....	9
1.3 Justificativa.....	9
1.4 Metodologia	10
2 UMA BREVE DESCRIÇÃO DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O REALISMO E O MARXISMO	12
2.1 O Realismo Clássico	12
2.2 O Marxismo	17
3 A CHINA	23
3.1 A Revolução Chinesa de 1911.....	25
3.2 A Revolução Chinesa de 1949.....	30
3.3 A Revolução Cultural Chinesa (1966-1976).....	34
3.4 A Sucessão Política de Mao Zedong (1976-1978).....	36
3.5 Deng Xiaoping: o início das transformações para uma nova China	37
3.6 O governo de Jiang Zemin.....	47
3.7 A China atual.....	49
3.7.1 O governo de Hu Jintao	49
3.7.2 O governo de Xi Jinping.....	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, o mundo acompanha os desdobramentos que as relações entre os Estados causam na vida das pessoas, suas alianças e desavenças ditam e modelam o que, por exemplo, é produzido ou consumido no dia a dia. A contar das colonizações, guerras e intervenções, o poderio e influência dos Estados passou cada vez mais a ser questionado e estudado.

A consolidação das nações hegemônicas já se fazia notável desde a Idade Média, na qual os Estados utilizavam do poder divino para explorarem e doutrinarem territórios considerados menos desenvolvidos. Antecedendo à hegemonia norte-americana, a Europa teceu a criação desse conceito por meio das nações hegemônicas como a Holanda e Inglaterra dentro de um contexto de descoberta das Américas, Revolução Mercantil e Revolução Industrial. Foi apenas a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, que os Estados Unidos despontam como um ator de grande relevância no Sistema Internacional (SI) ao se apresentarem como um país desenvolvido, uma vez que seu território não fora alvo de massivas destruições, colocando-se a disposição para ajudar seus vizinhos açoitados pela referida guerra.

Entretanto, no final dos anos 1970, mais precisamente em 1978, a hegemonia norte-americana começou a ser contestada. Além da ascensão da Guerra Fria, logo após a Segunda Guerra Mundial, consagrando o Sistema Internacional em um sistema bipolar dividido entre capitalistas e socialistas, Deng Xiaoping, líder do partido comunista na época, lançou um plano de reformas pragmáticas que transformariam a China em um dos países mais desenvolvidos do mundo. Apesar de ser uma das civilizações mais antigas de que se tem conhecimento, o crescimento chinês começou a chamar atenção nas últimas décadas. Um país criado sob bases fortemente agrárias ocupa hoje o pódio de um dos países mais industrializados do mundo. O famoso “boom” chinês, fez com que o PIB tivesse seu valor quintuplicado antes mesmo do início dos anos 2000, e consolidou o espaço do Estado no Sistema Internacional. É notável a maneira como a ascensão da China colocou em dúvida o que conhecemos como sistema hegemônico de poder. Sua inserção nas mais diversas bases produtivas de inúmeros países coloca em questionamento a futura formação do sistema que conhecemos.

É a partir desses pontos que o trabalho propõe sua estruturação inicial, buscando entender e explicar o sobressalto da economia chinesa em um espaço

tempo relativamente pequeno, assim como sua reestruturação de poder político e econômico e a sua inserção como um dos principais atores do cenário internacional.

1.1 Problema de pesquisa

Diante dos argumentos, apresentados anteriormente, caberia indagar: quais são os possíveis fatores que propiciaram a estruturação do poder político e econômico da China, em escala global, a partir da primeira década do século XXI?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Investigar quais foram os possíveis fatores que propiciaram a estruturação do poder político e econômico da China, em escala global, a partir da primeira década do século XXI.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Apresentar o histórico do processo de evolução econômica e política da China desde a sua abertura comercial a partir dos anos 1980.

b) Demonstrar os possíveis fatores relevantes do processo de desenvolvimento e consolidação do poder político e econômico da China a partir da primeira década do século XXI.

c) Descrever os resultados relacionados a esses possíveis fatores que geraram esse processo de estruturação política e econômica da China.

1.3 Justificativa

Apesar das relações entre os Estados encontrar-se amplamente em pauta, ainda é de muita importância conscientizar a sociedade dos seus verdadeiros papéis e influências. Colocado à prova, principalmente nos últimos quatro anos, a relação comercial, política e econômica entre Brasil e China se mostra relevante e importante para ambos os lados. É ao compreender as responsabilidades, direitos e importância

dos atores internacionais que a escolha dos atuais governantes se dará de forma parcialmente mais consciente.

A relação sino-brasileira teve seu fortalecimento a partir de 1974 com o ex-presidente Ernesto Geisel e desde então se fez possível acompanhar o desenvolvimento e as trocas bilaterais entre os países. Em um pronunciamento da Embaixada da China no Brasil, lê-se:

Segundo estatísticas da Alfândega da China, no ano de 1974 em que os dois países estabeleceram relações diplomáticas, o valor total do comércio foi de US\$ 17,42 milhões, até 1979, esta cifra aumentou para US\$ 216 milhões, sendo 12 vezes do valor do ano de 1974. Durante a década de 80, o valor total do comércio bilateral chegou em média aos US\$ 755 milhões por ano, e na década de 90, aumentou para US\$ 1,494 bilhões. No último ano do século XX, o valor total do comércio bilateral alcançou US\$ 2,845 bilhões, e no ano de 2001, o volume comercial aumentou de 30% em comparação com o ano de 2000, atingiu US\$ 3,698 bilhões, sendo 211 vezes maior do que o do ano de 1974 (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2003).

Além do fortalecimento comercial entre os dois países, também é notável o crescimento e desenvolvimento econômico da China nos últimos 40 anos. As transformações sociais e políticas que houveram nesse país, são instigantes e ajudam a justificar a necessidade de se pesquisar sobre esse Estado-Nação do Sistema Internacional.

Além de sua relevância para a sociedade, o presente trabalho também se propõe a ser uma possível fonte para futuros estudos acadêmicos, servindo como base de pesquisa e estudo referente ao desenvolvimento chinês e desmistificando o funcionamento do seu governo e aplicação de sua política.

1.4 Metodologia

O presente trabalho de conclusão de curso usou o método histórico descritivo, pois buscou-se explorar novos contextos com embasamento nos antecedentes dos acontecimentos a partir do século XX. De acordo com Lakatos e Marconi (2007, p. 107), “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.” Portanto, a pesquisa teve como um dos focos a investigação de acontecimentos passados para estudar seus possíveis efeitos na sociedade atual. Apesar do estudo ter adotado elementos quantitativos, tais como tabelas, gráficos e

dados, conforme Freitas e Prodanov (2013, p. 70) “buscando uma causa-efeito entre os fenômenos” de modo a analisar determinadas interações, a pesquisa foi uma análise essencialmente qualitativa para a compilação, análise e registro de informações.

A coleta de informações se deu por meio de uma consulta bibliográfica em livros, teses, dissertações, periódicos e artigos científicos, das páginas da rede mundial de computadores (internet) e revistas, isto porque o primeiro passo do estudo de pesquisa bibliográfica se ampara em materiais publicados por outros autores. Além também de consultas em órgãos internacionais de renome.

Para amparar a análise da pesquisa, foi utilizado também o método comparativo que consiste na explicação dos fenômenos e que permite analisar os dados concretos, deduzindo desse “os elementos constantes, abstratos e gerais” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 107). Gil (2008) afirma que o método comparativo se origina por meio da investigação de indivíduos, classes ou fenômenos com o objetivo de destacar as diferenças e as similaridades entre os objetos estudados.

A fim de analisar a complexidade que o sistema chinês se apresenta para o mundo, o trabalho se ancorou nas perspectivas do Realismo e do Marxismo. É de conhecimento que a teoria realista se apresenta como uma das principais precursoras das análises de relações internacionais e que, por vezes, sua perspectiva manifestasse de uma maneira antiquada às transformações mundiais. É por este motivo que junto do ponto de vista realista, foi aplicado também a teoria marxista, que embora não seja uma teoria de Relações Internacionais auxiliou com contribuições para a leitura e compreensão do complexo posicionamento chinês.

2 UMA BREVE DESCRIÇÃO DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O REALISMO E O MARXISMO

Neste capítulo será abordado os seguintes temas: a teoria do realismo clássico e as contribuições da teoria econômica marxista para a compreensão das relações internacionais. Em primeiro lugar, busca-se sintetizar o realismo clássico através das lentes de pensadores tradicionais como Tucídides, Maquiavel e Hobbes e de autores contemporâneos como Hans Morgenthau e Kenneth Waltz. No decorrer do texto, termos centrais às relações internacionais e para o entendimento da pesquisa foram apresentados, como por exemplo, segurança, sobrevivência, poder e anarquia.

Em segundo lugar, aborda-se a teoria econômica de Karl Marx, o marxismo, que apesar de não ser uma teoria voltada para as relações internacionais, auxilia na compreensão do funcionamento do sistema global, uma vez que a dicotomia entre periferia e centro pode ser encontrada na dualidade de hemisfério sul e hemisfério norte. A pesquisa tem como base os estudos de Karl Marx e Lênin e de pensadores contemporâneos como Antonio Gramsci, Robert Cox e Giovanni Arrighi.

2.1 O Realismo Clássico

Conhecida por ser uma das teorias clássicas das Relações Internacionais, o Realismo define-se como uma teoria diversificada e repleta de ramificações. Suas premissas foram herdadas de pensadores como Tucídides, Maquiavel e Hobbes e adota como elementos centrais a sobrevivência, poder, Estado e anarquia. É importante ressaltar que a visão realista é centrada na natureza do ser humano, nas quais muitas das suas vertentes baseiam-se nos conceitos de que o indivíduo possui um caráter negativo e que o Sistema Internacional nada mais é do que um espelho da sociedade (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Tucídides traz para as Relações Internacionais a discussão em torno do equilíbrio de poder e segurança internacional, uma vez que o crescimento econômico e militar de um país provoca insegurança aos seus vizinhos e às grandes potências, que se sentem ameaçadas pelo aumento de poder de outras nações. Este movimento resultaria em investimento militar pela parte ameaçada, pois entende-se que somente assim a balança do poder seria novamente equilibrada. Portanto, a manutenção da paz estaria garantida devido ao equilíbrio de poder, visto que nenhuma das nações

atacariam com a premissa de que seria destruição mútua. Tucídides também defende que a segurança internacional somente seria alcançada através de uma nação hegemônica com poder suficiente para trazer ordem para o seu território, por meio da força (guerra, se necessário) e pelo acesso econômico aos seus mercados (SARFATI, 2005).

Para Maquiavel o foco encontra-se no Estado, no qual seus governantes têm como função principal assegurar a proteção de seu território. Para o autor, a natureza humana é naturalmente desorganizada e resumida em duas forças: “a) ninguém quer ser dominado nem oprimido pelos grandes; b) os grandes querem dominar e oprimir” (SARFATI, 2005, p. 70). Em virtude do Sistema Internacional ser reflexo de uma grande ameaça, os Estados deveriam estar sempre a postos para fazer guerra, pois somente por meio da coerção internacional é que a segurança seria garantida.

Já para Hobbes, o estado de natureza dos homens é o estado de guerra, a sociedade se submete a um soberano, através de um contrato social, a fim de impedir a destruição mútua. Portanto, o Estado existe apenas com a função de conter o estado natural de guerra do ser humano, o qual é orientado pela competição, desconfiança e glória. Em um cenário de ausência de poder soberano, as nações utilizariam da força para realizarem suas vontades. Dessa forma, a única maneira de atingir a segurança internacional seria por meio de uma política de equilíbrio de poder, no qual os Estados precisariam limitar o poder dos outros para assim impedir sua tendência natural de expansão territorial (SARFATI, 2005).

O Estado possui como interesse nacional supremo e fundamental a sua sobrevivência e permanência como ator no Sistema Internacional e para que essa sobrevivência seja mantida, é primordial que todos os outros interesses se submetam a este fator. Para os teóricos realistas, a segurança dos indivíduos só é assegurada uma vez que o Estado se encontra em um cenário seguro. Portanto, o Estado dispõe de duas principais funções: a paz doméstica e a segurança no plano internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Para os realistas, o Estado é o ator principal das relações internacionais, suas principais funções seriam: “manter a paz dentro das suas fronteiras e a segurança dos seus cidadãos em relação a agressões externas” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 24), ou seja, todos os Estados deveriam desempenhar as mesmas funções para manter a estabilidade doméstica, os indivíduos seriam apenas instrumentos de manutenção para esta tarefa. Já no ambiente externo, sua missão seria apenas a de

defesa dos seus interesses nacionais.

Segundo Nogueira; Messari (2005, p. 28), o poder pode ser definido como “a soma das capacidades do Estado em termos políticos, militares, econômicos e tecnológicos...” em comparação aos Estados com os quais compete. Portanto, uma das principais causas da guerra seria o constante medo do seu inimigo tornar-se mais poderoso. O conceito de balança de poder surge a partir deste conceito, no qual Estados unem-se as grandes potências para garantir a sua sobrevivência no Sistema Internacional.

Outro ponto de extrema importância para o Realismo é o conceito de anarquia, no qual não há uma autoridade soberana no Sistema Internacional que dite regras e castigue quem não as obedecer. Para Hobbes, isto seria caracterizado como o estado de natureza, no qual existe a presença de vários agentes que são responsáveis puramente pela sua própria sobrevivência. Basicamente, boa parte das obras de autores realistas consideram a anarquia do sistema o pilar central da teoria, ou seja, argumentam que não existe – ou deveria existir – no ambiente internacional uma autoridade suprema acima dos Estados. Para eles, o cenário internacional é o reflexo do estado de natureza de Hobbes, em que há vários Estados e cada um é unicamente responsável por sua própria sobrevivência. Entretanto, o estado de anarquia internacional opõe-se ao estado de natureza no que confere à criação de um soberano nacional, pois para os realistas é impossível o estabelecimento de um Leviatã no plano internacional (SANTOS, 2012).

O cenário anárquico propõe um ambiente altamente competitivo, onde há enorme desconfiança por parte do Estado, que todos visam sua sobrevivência e têm a segurança como um bem de soma zero, pois a segurança de um Estado só pode ser atingida quando os outros Estados estão sem segurança (SANTOS, 2012, p. 6).

Segundo Santos (2012), o estudo das relações internacionais tem a publicação de *Politic Among Nations* como um divisor de períodos, pois esta obra deu força ao estudo do realismo. Neste livro, é estabelecido seis princípios básicos para lidar e analisar as Relações Internacionais. Estes são os princípios que divergem o realismo de qualquer outro paradigma da teoria das Relações Internacionais. São eles:

- 1º Princípio: a política, tal como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas, que refletem a natureza humana;
- 2º Princípio: todo e qualquer interesse dos atores internacionais deve ser traduzido em sua pretensão de alcançar mais poder para si. Para Nogueira e Messari, Morgenthau acredita que esse segundo princípio protege o realismo de duas falácias: a preocupação com as motivações e com as preferências ideológicas; e para ele o uso da razão caracteriza a esfera política. (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p.34);
- 3º Princípio: o conceito de interesse traduzido em poder é uma categoria objetiva de validade universal, ou seja, é constante na história da humanidade;
- 4º Princípio: os princípios morais universais não podem ser aplicados aos atos dos Estados, senão filtrados e analisados a partir das circunstâncias de tempo e lugar. Este princípio enfatiza a ideia da separação entre moral e ação política, isto é, a política é dominada pelo poder e, dessa forma, quando se analisa qual a influência da moral e da ética na política, percebe-se que eles geralmente são usados como mecanismos de justificação e legitimação do Estado;
- 5º Princípio: as aspirações morais de uma nação em particular não podem ser identificadas com os preceitos morais que governam o mundo. Os princípios morais de um Estado não podem nem devem ser considerados princípios morais universais, expansíveis para toda a humanidade;
- 6º Princípio: a esfera política é autônoma, ou seja, não é subordinada a nenhuma outra esfera, como a econômica, política ou religiosa. A compreensão do universo da política internacional independe da compreensão do universo econômico ou do direito, porque o universo político internacional tem suas próprias lógicas e leis (SANTOS, 2012, p. 87).

Hans Morgenthau (1904-1980) define homens e mulheres como animais por natureza, buscando o poder acima de tudo. Conforme o teórico, este comportamento pode ser classificado como *animus dominandi*: a vontade do ser humano pelo poder. Devido à ambição pelo poder, os homens não buscam apenas uma vantagem relativa, mas também um espaço político seguro, no qual possuem liberdade sobre o domínio dos outros. Este aspecto é visto como o espaço de segurança do *animus dominandi* e pode ser encontrado no Estado independente. Portanto, a segurança fora do Estado se torna impossível (JACKSON; SORENSEN, 2007).

O conflito entre Estados remete à questão da justificativa da utilização do poder nas relações entre indivíduos e neste ponto Morgenthau, Maquiavel e Tucídides encontram-se, pois para os três autores há uma moral a ser aplicada na esfera privada e outra para a pública. Líderes políticos assumem um grande compromisso com a segurança e o bem-estar do seu país, portanto, compreende-se que eles não irão expor seu povo a ameaças desnecessárias. Em determinados eventos, como por exemplo, guerras, crises ou emergências, é preciso aplicar políticas externas e participar de atividades internacionais que, sem dúvida, seriam consideradas erradas conforme a moralidade privada. Especialmente durante algum conflito armado, haverá momentos no qual o Estado se verá obrigado a ignorar os direitos humanos em prol

dos interesses nacionais ou então sacrificar um bem menor em consequência de um bem maior. Para Morgenthau, o fundamento da política é o entendimento de que a ética política e a ética privada não podem funcionar da mesma forma, e que a saída para a realização de uma política efetiva é identificar este ponto e usufruir dele da melhor maneira possível (JACKSON; SORENSEN, 2007).

A diferenciação entre ética política da ética responsável também se faz necessária, pois nenhum estadista, como governante soberano, está livre para agir da maneira que lhe convém. A compreensão de que atitudes políticas devem, em determinadas circunstâncias, explicar a utilização de escolhas moralmente duvidáveis, direciona a uma ética relativa e “às ordens da sabedoria política” (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 116).

Kenneth Waltz (1924-2013), cientista e político norte-americano, traz para o debate das relações internacionais o realismo estrutural¹, no qual diferente de Morgenthau, acredita numa relação nacional-internacional mais dinâmica e dependente, embora que não regulada pelo comportamento interno dos Estados. Para Waltz, o enfoque sistêmico da política internacional necessitaria deixar de lado os princípios sobre o comportamento das entidades – Estados, instituições, políticas externas, seres humanos – e a maneira com que conversam entre si, e focar em como eles se unem um frente ao outro, e como se dispõem enquanto partes de um sistema. Dessa forma, o ponto central de contato no sistema internacional é o modo que estas entidades se organizam, numa visão materialista, estabelecendo seu status quo. A posição destas entidades é definida por duas características centrais, sendo elas a anarquia e a balança de poder. Para Waltz, a visão de que determinados comportamentos dos seres humanos validariam a análise sobre o sistema internacional seria uma teoria reducionista, pois “concentram o nível de análise no nível individual ou nacional” e nas quais “o todo é compreendido sabendo os atributos e as interações de suas partes” (WALTZ, 1979 apud BARBOSA, 2017, p. 16).

Para Waltz, o comportamento das entidades é previsível enquanto o sistema não for alterado, uma vez que seu interesse principal seria a sobrevivência, portanto, “suas ações são constrangidas pelas forças estruturais do sistema internacional” (WALTZ, 1979 apud BARBOSA, 2017, p. 19). Suas ações ocorrem conforme o

¹ Não se caracteriza como objetivo do trabalho abordar/desenvolver as diferenças entre o realismo clássico e o realismo estrutural, apenas foi abordado a visão de cada autor no intuito da construção teórica da teoria do realismo.

estabelecido pelo sistema anárquico, que operam com alguma forma indireta de punição ou recompensa. A sobrevivência das entidades é garantida de acordo com o seu entendimento perante as dinâmicas e forças que regulam suas ações. E apenas com uma alteração na estrutura de anárquico para hierárquico causaria uma mudança significativa na ordem que rege a política internacional.

O estruturalismo realista ficou marcado pela rigidez do sistema internacional, o que para Waltz explica a recorrência e padrões de resultados nas dinâmicas da política internacional, como por exemplo, a recorrência da guerra. Como de praxe do realismo, a análise da realidade e previsibilidade do comportamento serve como diagnóstico e indica, no caso das Relações Internacionais, ações políticas que melhoram a performance dos Estados enquanto unidades justapostas do sistema internacional. Mas não é, e nem tem pretensão, de apresentar fórmulas de mudanças, inovações ou sugerir novas dinâmicas políticas na política. Essa rigidez e incapacidade de mudança das relações internacionais tornou-se uma das principais críticas à teoria realista (BARBOSA, 2017, p. 20).

2.2 O Marxismo

Findando o subcapítulo referente a teoria do realismo clássico, foi desenvolvido neste subcapítulo a teoria marxista, visando a complementação e finalização das teorias escolhidas para a compreensão da pesquisa.

Apesar de Karl Marx, filósofo e economista alemão do século XIX, não haver desenvolvido a teoria marxista diretamente para as Relações Internacionais, suas visões estruturais sobre o mundo oferecem explicações, de maneira direta e indireta, sobre o funcionamento dos Estados no cenário global, especialmente quando analisado o trabalho de teóricos imperialistas como Lênin e Bukharin e de teorias como a Teoria da Dependência (SARFATI, 2005).

Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido como Lênin (1870-1924) discorre em seu livro “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo” sobre as principais características do momento em que as relações capitalistas atingem uma condição de dominação em escala global e implantam uma relação vertical, na qual os Estados são colocados em posição central ou periférica sendo hierarquicamente classificados conforme seu poderio militar e econômico. A centralidade no Sistema Internacional ocorre devido à concentração de acúmulo de capital nos grandes grupos financeiros, geralmente localizados nas grandes potências. É também por meio das grandes potências que os processos de exportação de mercadorias são elevados para processos de “exportação do Capital” (LÊNIN, 1979 apud OLIVEIRA, 2007, p. 40). Em

suma, a ideia é de que a produção capitalista se encontra cada vez mais distribuída em escala global e beneficia um grupo limitado de países.

Nicolai Ivanovitch Bukharin (1888-1938), compreendia que a ordem mundial capitalista era ditada pela anarquia, considerando que o curso da vida econômica se baseava em dividir a mais-valia entre a burguesia, “com base na reprodução sempre mais intensa das relações entre duas classes: proletariado mundial e burguesia mundial” (PEREIRA, 2017, p. 71). Esse processo seria sustentado e submetido a normas anárquicas de mercado e de produção, no qual os interesses nacionais seriam nada mais do que os interesses das classes dominantes, e por essa razão os órgãos econômicos nacionais se mostravam incapazes de conduzir qualquer atividade reguladora. Para Bukharin, a concorrência é desestabilizadora, pois é a partir dela que os capitalistas buscam técnicas de produção mais desenvolvidas com o objetivo de monopolizar mercados concorrentes, isto os leva a produzir em alta escala, mas sem a certeza de que a mais-valia será realizado futuramente. Para o autor, essa seria a caracterização da anarquia, um processo cercado de “superprodução, queda da taxa de lucro, falências e bancarrotas” (PEREIRA, 2017, p. 71).

Já a Teoria da Dependência assume a tarefa de explicar as razões sociais, econômicas e históricas que contribuem para conservar a situação de pobreza de grande parte das sociedades nacionais. Já no plano externo, ela também é usada para compreender as desigualdades políticas e econômicas entre os Estados industrializados. Geralmente separados entre Hemisfério Norte e Hemisfério Sul, a dualidade centro e periferia. O debate em torno da teoria leva em consideração os motivos que perpetuam a situação de pobreza dos países do Hemisfério Sul para boa parte de sua população, assim como a relação de dependência que determinados países assumem no sistema econômico internacional (HAGE, 2013).

Para compreender a teoria marxista nas Relações Internacionais é preciso primeiro lembrar de sua concepção e aparato histórico. O Manifesto Comunista foi publicado no ano de 1848 no contexto de uma Alemanha fragmentada e de uma Europa que se recuperava de um período de revoluções burguesas, simultaneamente, a uma Revolução Industrial que passava a “produzir o proletariado operário concentrado em grandes cidades” (SARFATI, 2005, p. 112). De acordo com a concepção marxista:

O modo de produção reflete a forma com que uma sociedade organiza as suas atividades produtivas e, dentro disso, incluem-se as relações sociais de produção, ou seja, a relação entre aqueles que detêm o meio de produção e os que têm a força do trabalho, ou as relações entre homem livre e escravo, no modo de produção escravista; senhores feudais e servos, no feudalismo, e burgueses e proletários, no capitalismo (SARFATI, 2005, p.112).

Logo, para compreender o funcionamento da história é preciso entender a maneira com que as sociedades são organizadas economicamente e de que forma esses padrões se sustentam e declinam. Ou seja, tendo como base o materialismo dialético de Marx e Engels, após o nascimento do modo de produção e o seu desenvolvimento, fragilidades vem à tona e debilitam o sistema até o momento em que ele entra em crise e surge do seu interior um novo modo de produção (SARFATI, 2005).

É importante levar em consideração que os Estados não são autônomos, mas, sim, guiados pelos interesses das classes governantes (capitalistas), no qual são movidos pelos interesses de suas burguesias. Isto é, os conflitos entre os Estados, guerras inclusive, deveriam ser analisadas no cenário econômico da competição entre as classes capitalistas de diferentes países, uma vez que, para os marxistas, o conflito de classes é mais importante do que o conflito entre Estados (SARFATI, 2005).

Para os marxistas, Estado nacional é analisado por meio das lentes das desigualdades e isso monta o fundamento de todos os Estados modernos. Com o surgimento do capitalismo, ocorre a redefinição do poder político, que diferencia o poder público, domínio do Estado, do poder privado, competência exclusiva das forças de mercado. Marx rejeitava essa separação à medida que ela tem a função de esconder a verdadeira interdependência estrutural entre as esferas pública e privada. Essa separação garante a base de sustentação e reprodução da sociedade capitalista. Aceitar a ideia de um Estado soberano que estaria acima dos interesses das classes que compõem a sociedade implica em aceitar as relações de alienação que estão na base do sistema capitalista (MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011).

Para Marx, a alienação era um dos conceitos centrais da teoria, o pensador acreditava que a liberdade dos indivíduos só ocorreria se a natureza artificial das estruturas que limitavam sua autonomia fosse desmascarada. “A alienação significa que ideias, regras e estruturas resultantes de práticas sociais assumem um caráter objetivo, passando a ser tratadas como realidades exteriores à ação humana e,

consequentemente, fora de seu controle” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 107). Com a alienação, o tratamento de determinadas leis, como por exemplo, as que regulam o mercado de trabalho, passam a ser vistas como se não possuíssem influência determinante do capital nas relações sociais.

O pensador compreendia que a destruição do Estado burguês era necessária para que houvesse a construção de uma sociedade igualitária na qual a política como meio de dominação deixaria de existir, dando espaço a uma gestão mais democrática da vida social. Portanto, seria um mundo sem divisão de classes onde o Estado não existiria e não haveria relações internacionais, apenas relações entre comunidades livres e unidas por um único propósito: sentimento solidário de pertencer ao gênero humano (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 110).

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo marxista que se destacou pela formulação do conceito de hegemonia “sintetizada como consenso e coerção” (GARCIA, 2019, p. 200). Gramsci define o conceito de hegemonia a partir da sua ideia sobre o Estado, no qual este não é racional, autoritário e sem ligação com o mercado e a sociedade ou muito menos um objeto para ser utilizado pelas classes dominantes para realizarem seus interesses individuais. O Estado deve ser analisado em sua totalidade, formado pela esfera política e civil. A geração da hegemonia se dá a partir da supremacia de certos grupos ou classes sociais e sua autoridade moral e intelectual.

Esse grupo exerce liderança antes de chegar ao governo; na verdade, esta é uma das condições para que o grupo chegue lá. Nesse momento, ele se torna dominante e, mesmo depois de se afirmar no poder, não pode deixar de liderar (GRAMSCI, 2008 apud GARCIA, 2019, p. 201). Para Gramsci, “dominar” não é igual a “liderar”: este requer certas concessões aos grupos subordinados, para que eles “concedam” (mesmo que indiretamente) e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo (GARCIA, 2019, p. 201).

Para que a hegemonia se torne efetiva e universal, é necessário levar em consideração os interesses dos grupos submissos a ordem hegemônica. Conforme Gramsci aponta, é preciso a criação de um determinado “equilíbrio compromissado”, isto significa que a classe dominante terá que, muitas vezes, deixar de lado seus interesses econômicos e incorporar os interesses dos outros grupos subordinados. Este momento pode ser qualificado como “estritamente político”, a união dos interesses econômicos e políticos com os morais e intelectuais, dando luz aos tópicos num plano universal e concretizando pôr fim a hegemonia de um grupo perante ao outro (GARCIA, 2019).

Dando sequência a essa argumentação, Robert Cox (1926-2018) renomado pensador marxista e uma das principais figuras da Teoria Crítica aborda o materialismo histórico, também debatido por Marx, em “uma dimensão horizontal de poder entre Estados rivais” (GARCIA, 2019, p. 200) realçando a relação de dominação e subordinação em escala global entre metrópoles e colônias. Cox também amplia a visão realista por meio de sua apreensão com a ligação entre o Estado e a sociedade. Tendo Gramsci como referência, o pensador determina uma conexão recíproca entre estrutura e superestrutura, o que leva a considerar o Estado-sociedade como elementos formadores da ordem mundial. Cox define a hegemonia no cenário global como uma dominação, no qual um Estado dominante desenvolve uma ordem fundamentada, ideologicamente, com consentimento. Esta ordem atua conforme os ideais do Estado e classes dominantes, ao mesmo tempo que proporciona medidas de compensação para os menos poderosos. Desta forma, para atingir a hegemonia, é preciso que o Estado proteja uma ordem que seja considerada universal em sua concepção e não apoiada em exploração direta de outros Estados, ou seja, é preciso que os menos abastados sintam que a hegemonia, em partes, os favorece e é compatível com seus interesses.

Nesse sentido, a consolidação da hegemonia norte-americana ocorreu através das ações das organizações internacionais no sistema multilateral. “A institucionalização do conflito dentro da potência dominante torna-se base para essa institucionalização também no plano global” (GARCIA, 2019, p. 213). Cox argumenta que as organizações internacionais foram os instrumentos essenciais de universalização de regras e princípios gerados pela potência hegemônica. As normas são aplicadas de forma a garantir o aumento de ordens mundiais hegemônicas, consolidando, ideologicamente, as normas dessa ordem. Simultaneamente, as organizações tornam-se resultado da hegemonia do Estado dominante, e colaboram para a incorporação de classes dominantes dos países periféricos e para a captação de ideias anti-hegemônicas. Desse modo, as organizações internacionais proporcionam um fortalecimento para os grupos dominantes.

Na sequência em outro aspecto, a abordagem marxista é descrita no livro *O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*, de Giovanni Arrighi (1937-2009), economista político italiano, que se propõe a analisar a sucessão de ciclos hegemônicos. Em especial, o norte-americano, o qual já havia vivenciado uma crise sinalizadora em 1973, mas ainda não presenciara sua crise terminal. Arrighi

desenvolve o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA), que podem ser resumidos da seguinte forma:

Portanto, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD') (ARRIGHI, 2013, p. 6).

Para o autor, o Estado junto à classe dominante cumpre uma função decisória nas mudanças de CSAs. O papel do Estado fica claro nas organizações que ele constrói para auxiliar no desenvolvimento de cada CSA, por exemplo, uma autoridade monetária que certifique o fortalecimento da sua moeda e estimule aumento de créditos; ou uma bolsa de valores que absorva poupança externa. Pode-se dizer que um ciclo é formado de dois momentos: expansão material, em que o Estado dominante realiza o controle das cadeias de valor e ciclos de insumo, dirigindo o processo de acúmulo em escala global; e expansão financeira, no qual o CSA se vê em decadência, pois a classe dominante (capitalista) deste Estado não possui mais vantagens em continuar repondo o capital circulante, visto que a pressão sobre os lucros é gigante e torna-se mais apropriado aproveitar o capital portador de juros para financiar uma amplificação material em outro lugar. O Estado que comanda um ciclo o realiza com o objetivo de expandir seu acúmulo de capital e sobrevivência no Sistema Internacional e, ocasionalmente, outros Estados interrogam a posição de determinados CSAs, ou seja, o domínio de um Estado relacionado ao acúmulo de capital não significa hegemonia no Sistema-Mundo. Arrighi (2013), explica sua visão de hegemonia com base no conceito gramsciano, que junta coerção e consenso à legalidade da dominação.

Para ambos os autores a luta entre classes, seja ela entre capitalista e proletários ou entre centro e periferia, "a disputa nunca é direta, mas sempre mascarada e amortecida pelo nível político de análise e pelos elementos intermediários: seja a pequena burguesia em nível nacional, seja a semiperiferia no

contexto internacional” (PEREIRA; SARDO, 2022, p. 13).

Nesse sentido, a compreensão de ambas teorias apresentadas, e seus conceitos, se mostraram de extrema importância para o entendimento do complexo sistema econômico e político atual da China, como veremos no próximo capítulo.

3 A CHINA

Este capítulo pretende abordar sobre o desenvolvimento da cultura, política e economia da China a datar de 1949, mais especificamente a partir do Período Maoísta (1949-1978). Contudo, se fará uma breve retrospectiva histórica desde 1911 para melhor contextualizar o período Maoísta a partir de 1949.

A civilização chinesa soma mais de quatro milênios de história, sendo interrompida apenas por um curto período de tempo de ocupação pelos mongóis durante a Idade Média. Desde o seu início, o governo chinês assumiu um viés de centralização político-administrativo, tendo como base a continuidade e a estabilidade. O fortalecimento de tais bases se torna notável por meio de determinadas ações, como por exemplo, a construção de enormes sistemas hidráulicos a fim de evitar enchentes dos rios e a criação de um complexo sistema de irrigação, assim também como o planejamento e a construção de defesas (a Grande Muralha) para evitar invasões de povos nômades (VISENTINI, 2016).

Segundo Visentini (2016), a China geralmente caracterizou-se pela sua fusão religiosa, que mesclou as religiões que adentraram no seu território, como por exemplo, o budismo e o islã. Apesar da prática de cultos aos antepassados, na maioria das vezes de caráter familiar, o povo chinês não apresenta uma grande religiosidade, podendo ser considerada uma civilização com fortes traços laicos. Isso se dá, em grande parte, à filosofia confuciana, qualificada como normas de comportamentos sociais, que ocupam e substituem boa parte do espaço das crenças religiosas. Mesmo que seus valores ainda reforcem a obediência hierárquica familiar e política, o confucionismo admite que o povo se revolte contra o poder estabelecido, no qual o Imperador não estaria mais operando sua função – trabalhar pelo bem estar da sua sociedade – e perderia assim o Mandato do Céu. É importante ter em mente que na China e em boa parte da Ásia, o indivíduo é subordinado ao coletivo.

Nesse sentido, foi por meio da revolta popular que o império chinês começou a fragmentar-se. A dinastia Qing (1644-1911) instituiu um forte império feudal que

detinha muitos vassallos nos territórios vizinhos. Nesse período, o comércio externo era extremamente fechado e controlado, permitindo acesso a poucos estrangeiros. A China não precisava de importações e sua decisão pelo isolamento havia como objetivo a proteção do país a influências e perigos externos. Entretanto, isto acabou causando uma grande estagnação e atraso, principalmente, quando comparado aos países capitalistas industriais da época (VISENTINI, 2016).

Conforme Visentini (2016), é possível elencar o isolamento chinês como um dos principais motivos para o interesse da Europa no país, uma vez que seu principal interesse era transformar o território num espaço de exploração cultural. Em torno de 1820, o contrabando de ópio cresceu devido ao financiamento da Companhia das Índias Orientais Britânicas, visto que uma parcela dos impostos arrecadados pelo cultivo e tráfico eram direcionados para a importação do produto para a China. O governo chinês tinha ciência sobre todos os malefícios que a utilização do ópio causava a saúde do povo e tentava implantar políticas, na maioria das vezes ineficazes, de controle. Nesse mesmo ano, um comissário imperial em Cantão, responsável por controlar o tráfico de ópio, destruiu cerca de 20 mil caixas da mercadoria. Esse ato foi tido como o fato gerador da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), na qual a China foi vencida e cedeu Hong Kong para o domínio inglês como promessa ao acerto da indenização milionária. Nesse meio tempo, Estados Unidos e França continuaram promovendo Tratados Desiguais com a China, que favoreciam o aumento da pobreza e conflitos internos. Como resultado, entre os anos de 1850 e 1860, o país foi assolado por uma grande revolta camponesa dos Taiping, que atingiu quase a metade do seu território e fez com que o governo chinês solicitasse novamente ajuda externa, entretanto, ao preço de mais explorações.

Por fim, em torno de 1894-5, a China perdeu a Coreia e Formosa para o Japão e enfrentou uma nova revolta por conta do incentivo ao governo a reações anticidentais, que apenas desencadearam maior intervenção e exploração externa. Em 1911, se consolida a queda do Império e é instaurado a República Nacional, liderada inicialmente por Sun Yat-sen (1866-1925). Entretanto, por não possuir forças armadas o suficiente para garantir a estabilidade do seu governo, renunciou em 1912. Com isso, o poder passou a Yuan Shikai (1859-1916), que pertencia a um grupo militar de senhores da guerra, um grupo político de proprietários rurais ligados à burguesia e às potências estrangeiras (VISENTINI, 2016).

3.1 A Revolução Chinesa de 1911

Após o afastamento de Sun Yat-sen e a posse de Yuan Shikai em 1912, a monarquia feudal deu espaço a revolução democrática. O domínio manchú chegava ao seu fim, mas a influência estrangeira e o sistema latifundiário permaneceram intocados (POMAR, 2003).

Em 1914, após Shikai demonstrar seu apoio à guerra da Inglaterra e França contra a Alemanha e aos impérios Austro-Húngaro e Otomano, milhares de trabalhadores chineses foram enviados como forma de auxílio às potências na guerra. Nesse mesmo período, Shikai instaurou uma ditadura militar e tentou restaurar o império. Entretanto, veio a falecer antes de enfrentar todas as resistências ao seu poder.

A participação da China na Primeira Guerra Mundial, no entanto, suscitara expectativas nos círculos dominantes e na população. É certo que o Japão, no curso mesmo da guerra, apresentara suas 21 exigências à China e apossara-se das propriedades e concessões alemãs de Shangong. Mas os chineses acreditavam que a derrota da Alemanha, o desmoronamento dos impérios Austro-Húngaro, Otomano e czarista, e a Revolução Russa levariam o imperialismo a mudar seu tratamento, revisando os tratados desiguais pelos quais submetiam a China (POMAR, 2003, p. 42).

Nesse período, a população chinesa vivia um forte sentimento de repúdio contra as forças estrangeiras, o que acabou gerando grandes manifestações e criações de novos atores sociais, como por exemplo, estudantes, operários, mulheres, artesãos e sindicatos. Sun Yat-sen, que vivia exilado no Japão, ocupava a frente desse processo. Ele transformou sua antiga Liga Revolucionária em um partido, o Kuomintang ou Partido Nacional do Povo, adotando como diretriz seus Três Princípios do Povo: “nacionalismo (luta contra a dominação estrangeira), a democracia (redistribuição da propriedade da terra e Estado voltado para servir o povo) e o bem-estar do povo (distribuição da renda e industrialização com participação do Estado)” (POMAR, 2003, p. 43).

Nessa época, o impacto da Revolução Russa já havia chegado na China. Uma nova corrente de estudo que se propunha a entender as mudanças capitalistas, o marxismo, começou a ser disseminado entre as classes revolucionárias e incentivou a formação de grupos de estudos no interior do país. Já em 1921, um congresso de representantes dessa classe fundou o Partido Comunista da China (PCC). O partido aliou-se ao Kuomintang e usaram como orientação o modelo da Revolução Russa, ou

seja, “revolução operária e aliança operário-camponesa, fundindo a revolução social à libertação nacional” (POMAR, 2003, p. 43).

Conforme Pomar (2003), Sun Yat-sen juntou-se aos comunistas, aprofundou seu contato com os movimentos socialistas europeu e japonês e iniciou relações com a república soviética, que ainda se encontrava no seu estágio inicial. Inclusive, alguns dos dirigentes de Kuomintang foram enviados a União Soviética para estudar seu funcionamento. Além do mais, Sun incluiu aos seus Três Princípios do Povo, suas Três Grandes Políticas do Povo (colaboração com a União Soviética, proteção dos interesses dos operários e camponeses e cooperação com os comunistas). Somente dessa forma tornou-se possível a criação de um exército nacionalista-comunista para acabar com o domínio dos senhores da guerra.

Após a morte de Sun Yat-sen, iniciou-se uma batalha sucessória dentro de Kuomintang, na qual mais tarde culminou na escolha de Chiang Kai-shek para dirigente. A essa altura, o PCC passou a reconhecer a importante força social que a classe camponesa ocupava na luta. Dessa forma, departamentos rurais foram instalados com o objetivo de formar camponeses e Mao Zedong foi nomeado como seu dirigente. Com isso, muitas ações revolucionárias foram promovidas, tornando assim, os departamentos rurais as únicas autoridades nas regiões rurais (POMAR, 2003).

Tendo em vista a forte influência que os departamentos rurais promoviam, alguns conflitos ideológicos começaram a surgir entre o PCC e Kuomintang, pois muitos acreditavam que para obter sucesso na revolução democrática era necessário haver apenas uma única frente de poder. Mao defendia que era importante fortalecer as forças operárias e camponesas e torná-las independentes de seus movimentos, entretanto, outros acreditavam que era preciso manter o movimento subordinado a Kuomintang. Nessa sequência, foi com o desmantelamento da aliança entre os movimentos que um golpe da burguesia foi arquitetado e colocado em ação. O golpe resultou no massacre de milhares ativistas e na derrota das duas frentes de resistência formadas. Dessa forma, o Partido Comunista da China se viu obrigado a transferir o centro de suas atividades para as zonas rurais (POMAR, 2003).

Após o golpe, o movimento camponês passou a ser fortemente perseguido e foi no curso dessas perseguições que Mao Zedong iniciou o desenvolvimento de suas teorias sobre a Revolução Chinesa.

Sua tese fundamental era a necessidade de completar a revolução democrático-burguesa sob a direção do operariado, isto é, realizar a revolução nacional, liquidando o domínio do imperialismo e seus agentes (senhores da guerra), e a revolução agrária, eliminando a exploração feudal sobre os camponeses (POMAR, 2003, p. 49).

Conforme Pomar (2003), Mao Zedong encabeçou a luta contra a repressão à classe camponesa e operária, o que o levou à liderança política e militar do Partido Comunista da China. Suas táticas de guerrilhas garantiram a sobrevivência, fortalecimento e nova base central ao Partido.

Ao mesmo tempo em que ocorriam essas represálias internas, o Japão forjou o incidente da Ponte Marco Polo (1931) para invadir o território chinês. Para os comunistas, as intenções expansionistas japonesas eram claras: colonizar o território chinês. Esse incidente representou para a China uma grande ameaça a sua existência como nação. A ocupação japonesa causou um grande sentimento patriótico, no qual estudantes chineses foram às ruas exigindo o fim da guerra civil. O receio da invasão japonesa começou também a se alastrar entre os comunistas, que por sua vez estavam dispostos a acatar a súplica dos estudantes para cessar a guerra civil e a unir forças com os nacionalistas. Entretanto, muitos nacionalistas consideravam a revolução pior do que rendição. Somente após alguns senhores de guerra revoltarem-se contra o governo e prenderem Chiang Kai-shek a força, no qual precisou haver intervenção dos comunistas para manter o líder do outro partido vivo, que o mesmo aceitou a unificação. Em 1937, Chiang Kai-shek reconhece o status legal do Partido Comunista e a cooperação bipartidária, já o Partido aceitou o governo central e o exército comandados por Kuomintang e Chiang Kai-shek. A partir desse ponto, a Revolução Chinesa tornou-se a Guerra de Resistência Antijaponesa e o conflito armado entre os dois partidos em uma frente única equipada contra o inimigo estrangeiro (POMAR, 2003).

A guerra contra a invasão nipônica durou até 1945, além da união entre os dois partidos, ela também contou com ajuda e financiamento dos Aliados (Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética). Nesse meio tempo, apesar de haver concordado com a aliança entre Kuomintang e o Partido Comunista, Chiang Kai-shek procurou formas de minar a relação entre ambos, muitas vezes o líder se viu mais focado em criar incidentes e romper a frente única do que impedir o crescimento do imperialismo japonês. Por outro lado, apesar das investidas do comandante nacionalista, os comunistas adotaram a resistência como estratégia para que Chiang Kai-shek não

minasse a frente única. Passaram a armar e organizar o povo para enfraquecer as forças inimigas, seus próprios exércitos realizavam um trabalho de educação política, visando obter disciplina e transformar seus soldados em ativistas políticos e o povo em combatentes (POMAR, 2003).

Seus Três Principais Regras de Disciplina (obedecer às ordens em todas as ações, não tomar uma simples agulha ou linha de coser das massas e entregar tudo o que foi capturado) e seus Oito Pontos de Atenção (falar polidamente, pagar estritamente tudo que comprar, devolver tudo que tomar de empréstimo, pagar por tudo que danificar, não agredir ou golpear as pessoas, não danificar as plantações, não tomar liberdade com as mulheres e não tratar mal os prisioneiros) eram não só orientações de comportamento, mas pontos vitais de educação política (POMAR, 2003, p. 65).

Ao fim da guerra contra a invasão japonesa, os comunistas exigiram alguns ajustes da relação com Kuomintang, suas reivindicações foram um governo democrático e livre, o fim da ditadura de um partido e uma assembleia nacional eleita pelo povo. Kuomintang ofereceu ao Partido Comunista a participação num Comitê Tríptico, no qual possuía como um dos membros representantes dos Estados Unidos, sua proposta para esse comitê era convocarem uma assembleia nacional e reorganizarem as forças armadas comunistas (POMAR, 2003).

Conforme Pomar (2003), diferente da primeira guerra civil, Kuomintang possuía agora um exército reduzido em comparação com o Partido Comunista, além do mais entre o povo chinês e os nacionalistas havia muitos que se opunham a uma nova guerra civil. Sendo assim, o objetivo de Ching Kai-Shek era primeiro ganhar a guerra política para assim obter sucesso na guerra militar.

Nesse sentido, apesar das oposições de alguns de seus apoiadores, ambos os partidos aceitaram em firmar um acordo de paz. Chiang exigiu uma redução nas áreas ocupadas pelos exércitos comunistas e o fim da impressão de dinheiro enquanto o Partido Comunista solicitava que os princípios de paz, direitos democráticos e cooperação fossem respeitados na construção de uma nova China. Contudo, ao mesmo tempo em que as lideranças se encontravam para negociar, o exército nacionalista atacava zonas libertas comunistas. Isso resultou em um aumento da descrença do povo na palavra de Kuomintang (POMAR, 2003).

Mesmo com a grande oposição pela formação de uma nova guerra civil, Kuomintang seguiu com a mobilização de seus exércitos pela retomada de seus territórios. Em resposta ao seu inimigo, o Partido Comunista iniciou seu contra-ataque,

porém, desta vez seu foco não foi apenas na área militar. Nas áreas em que governavam, os comunistas fomentaram a produção, para que assim os latifundiários garantissem seu sustento e os industriais e comerciantes seus lucros. Além também de dedicarem atenção ao abastecimento da população, ao suprimento do exército e um cuidado especial para a situação dos famintos e refugiados. Foi dessa forma que muitos comandantes do exército inimigo passaram para o lado dos comunistas (POMAR, 2003).

De acordo com Pomar (2003), devido ao aumento da pressão popular por conta dos estímulos comunistas, o exército nacionalista não conseguiu exercer abertamente a sua ofensiva. Em janeiro de 1946, Kuomintang convocou a Conferência Consultiva Pública para ordenar um cessar fogo, ainda que suas tropas continuassem atacando as áreas comunistas.

No final de junho, em contraste com as resoluções de paz e democracia daquela Conferência, Chiang Kai-shek e seus assessores norte-americanos consideraram seus exércitos preparados para esmagar os comunistas num prazo de três a seis meses. Os EUA haviam equipados 45 divisões, treinado 350 mil homens de todas as armas e serviços, e seus navios e aviões haviam transportado para as linhas de frente 41 divisões reguladoras e oito regimentos de comunicação, com mais de 540 mil homens. Além disso, noventa mil fuzileiros navais norte-americanos foram estacionados em Beijing, Shanghai, Qingdao, Tientsin e Jinghuangdao, para proteger as vias de comunicação. Ao todo, os EUA investiram US\$ 4,5 bilhões, uma soma proporcionalmente maior do que qualquer outra destinada às nações da Europa ocidental desde o fim da guerra (POMAR, 2003, p. 76).

O combate iniciou oficialmente em 26 de junho de 1946, os nacionalistas realizaram um ataque em grande escala contra as áreas comunistas. Além das estratégias que o Partido Comunista vinha adotando para garantir o apoio das massas, eles buscaram intensificar também sua reforma agrária nesse meio tempo. Dessa forma, os comunistas contaram com um grande número de voluntários na sua guerrilha (POMAR, 2003).

Com o passar dos meses, Kuomintang começou a enfrentar a falta de pessoas nas suas tropas e uma séria crise econômica, na qual resultou em elevação da inflação, quebra das indústrias e empresas comerciais e a piora no padrão de vida da população. Como forma de ganhar tempo, Chiang solicitou uma “negociação de paz”. Em resposta, os comunistas impuseram duas condições: abolir a Assembleia Nacional e evacuação de todos os territórios que o exército nacionalista havia ocupado. Em janeiro de 1947, Chiang notificou aos representantes do Partido Comunista o

rompimento das negociações e lançou em março desse ano uma nova ofensiva (POMAR, 2003).

Ainda em 1947, uma nova frente de resistência emergiu nas grandes cidades: um movimento estudantil exigindo comida, paz e liberdade. Mais de quinhentos mil estudantes foram às ruas por meio de protestos e greves. Este movimento fomentou a criação da Conferência Nacional do Partido Comunista sobre a reforma agrária, que elaborou o projeto de lei agrária da China. Seus dezesseis artigos aboliram o sistema agrário de exploração feudal e semifeudal e estabeleceram a distribuição de terras para quem trabalhava (POMAR, 2003).

Segundo Pomar (2003), de junho a dezembro de 1947, os exércitos nacionalistas foram sendo dizimados. O exército comunista contava com os comandantes Liu Bosheng, Deng Xiaoping, Chen Yi, Su Yu, Chen Keng para realizarem essa tarefa. Kuomintang perdeu muitas tropas e generais não apenas em combate, mas também devido ao abandono do apoio à sua causa, pois muitos de seus combatentes estavam passando para o lado comunista. Sendo assim, em 1º de janeiro de 1949, Chiang declarou seu desejo para reatar as negociações de paz. O Partido Comunista aceitou e impôs suas condições para seguir com a negociação: punição aos criminosos de guerra, abolição das falsas autoridades constitucionais, reforma agrária, revogação aos tratados desiguais e formação de um governo democrático. O Partido Comunista estabeleceu que as negociações deveriam começar até o dia 1º de abril de 1949. Apesar das delegações terem chegado a um acordo comum sobre a paz interna no dia 15 de abril, cinco dias depois, Chiang optou por rejeitar o acordado.

Dessa forma, Mao Zedong emite uma ordem a todos os seus exércitos para uma ofensiva final. Sendo assim, com a ocupação e o cercamento das áreas nacionalistas, em 1º de outubro de 1949, na Praça da Paz Celestial em Beijing, Mao Zedong proclamou a República Popular da China (POMAR, 2003).

3.2 A Revolução Chinesa de 1949

A República Popular da China foi proclamada em 1º de outubro de 1949. Mao Zedong propôs um governo com repartições burguesas com o objetivo de protegerem as propriedades privadas em um longo processo de transição para o socialismo. A transição para o novo governo se fez num ritmo moderado, no qual não havia soviets

(conselhos operários), por exemplo, conforme ocorreu na revolução russa em 1917. Apesar da popularidade do governo, as organizações como sindicatos, não exerceram poder diretamente, isso se deu porque o Estado foi se formando “de cima para baixo e intolerante às iniciativas independentes” (ANDRADE, 2019, p. 13). Portanto, não existiram instituições operárias maduras de poder e todas as tentativas pela democracia operária foram esmagadas pelo Partido Comunista ao longo da história futura.

A primeira ação do governo revolucionário foi a nacionalização de setores-chaves. Naquela época, o capital privado controlava cerca de 48,7% da indústria. Como o país ainda se encontrava devastado, principalmente, devido a todos os anos de guerras civis, Mao Zedong realizou um acordo com Stálin para o empréstimo de 300 milhões de rublos e o envio de 4 técnicos com conhecimento em empresas mistas. Em contrapartida, Stálin pediu uma base militar soviética no território chinês e o estabelecimento da Manchúria como sua zona de influência (ANDRADE, 2019).

Em 1950, a guerra na Coreia eclodiu, o que fez com que o processo de estatização avançasse mais rápido. Nessa fase, o fundamento inicial do Partido Comunista sobre a coexistência inicial com a burguesia seria um empecilho para o seu avanço. Sendo assim, foram criados “tribunais do povo” para realizar o julgamento de grandes proprietários no campo. A nova lei sobre a reforma agrária confiscou terras dos grandes proprietários e redistribuiu para em torno de 300 milhões de camponeses de classe baixa e média. Em menos de três anos cerca de 50% das terras trocaram de donos e o número de pobres reduziu de 60% para 30% no total da população (ANDRADE, 2019).

Já em 1952, quatro quintos da indústria pesada já se encontravam sob controle do Estado e cerca de 75% da reforma agrária concluída. A propriedade social passou a ser vista de duas formas: a propriedade do Estado e a propriedade coletiva. Já para a gestão das empresas, três categorias passaram a existir: as grandes empresas dirigidas diretamente pelo Estado, as pequenas urbanas dirigidas em um certo nível comunitário e as empresas indústrias dirigidas a nível de distritos e comunidades rurais (ANDRADE, 2019).

Em 1955, o governo instituiu a coletivização de terras. Foram criadas mais de um milhão de cooperativas que agruparam 96% dos camponeses. As transformações aumentaram o seu ritmo, o que agradou seus dirigentes, entretanto, ao mesmo tempo, os camponeses começaram a ficar desgostosos, principalmente, devido ao fato da

produção estar quatro vezes maior do que os anos anteriores, mas o aumento dos salários não acompanhar seu ritmo (BETTELHEIM, 1979 apud ANDRADE, 2019). Foi devido a essa nova classe operária, que apoiou a revolução, mas foi pouco ouvida, que as greves estouraram em Cantão e Shanghai. O Partido Comunista tentou abafar o movimento, entretanto, o mesmo acabou ganhando ainda mais força ao obter a adesão dos estudantes. Em 1957, o Partido Comunista optou por reprimir o movimento, proibindo manifestações e reuniões. Seus principais líderes foram enviados para campos de reeducação.

Conforme Andrade (2019), em 1957, como saída para transpor as dificuldades de uma economia planificada foi criado o programa o Grande Salto para Frente. Isso redundou na fundação de Comunas Populares, na qual terras, equipamentos, gados e moradias tornaram-se coletivizados. Até esse momento, o plano econômico que havia sido focado no salto industrial passou a mirar no campo. Apesar da produção ter aumentado em 65%, o plano acabou resultando em maiores conflitos internos.

A implantação de comunas levada autoritariamente pela burocracia desestruturará grande parte da produção e provocará a fome de milhões no início dos anos 1960. As dificuldades de manutenção da economia baseada em gigantescas comunas rurais exigiram novas alterações nos rumos da economia. No início dos anos 1960 há uma reformulação e redução do tamanho das comunas para ampliar sua descentralização. E nas empresas busca-se agora um esforço de descentralização da gestão. No terreno da planificação econômica a China tenta se diferenciar da URSS e coloca em prática a noção de “plano unificado da economia”. Este plano em três níveis deveria sempre levar em consideração o desenvolvimento do conjunto da China, os planos provinciais e os planos locais (ANDRADE, 2019, p.14).

A insistência no programa O Grande Salto pela frente provocou a morte de mais de 10 milhões de pessoas devido à fome. Dessa forma, somente em 1961, que o projeto foi oficialmente abandonado devido ao seu fracasso. Como resultado, Mao Zedong passou a focar na política externa da China, saindo do centro, e abrindo espaço para Liu Shaoqi, presidente do país desde 1959 e Deng Xiaoping, secretário-geral do PCC desde 1957, exercerem suas funções e ajudarem a resolver a crise econômica interna. Em 1962, Liu Shaoqi apresentou ao PC uma análise sobre a calamidade da crise alimentar pela qual a China passava no período. Seu principal objetivo era a recuperação da atividade agrícola, que com base em sua previsão, normalizaria apenas em 1966 (CARVALHO, 2016).

As comunas passaram novamente por um processo de subdivisão, na qual seu tamanho foi diminuído para cerca de 15 mil residentes, de forma a facilitar o processo

de organização produtiva. Também foi realizado o envio de trabalhadores da cidade para o campo e o fechamento de uma fração da parte produtiva fabril na zona rural. Incentivos materiais voltaram a ser introduzidos, no qual se fazia possível a troca de excedentes agrícolas e, por fim, a reabertura de mercados locais. A ideia era que o trabalho dos produtores agrícolas voltasse a beneficiá-los e não fosse utilizado somente para cumprir cotas de produções governamentais (CARVALHO, 2016).

Segundo Carvalho (2016), aos poucos a agricultura chinesa começou a se recuperar, alcançando níveis superiores aos de 1958, voltando a sua trajetória de crescimento de produção agrícola ao mesmo tempo em que a sua população voltava a crescer. Liu Shaoqi e Deng Xiaoping acreditavam que desde que os resultados econômicos mostrassem progresso na produtividade, seria viável “o uso de mecanismos de mercados” (CARVALHO, 2016, p. 11), essa visão se chocava diretamente com as ideias de Mao Zedong. Esse viria a ser apenas o primeiro conflito de ideias entre as lideranças do Partido Comunista.

Em 1964, o projeto das Quatro Modernizações foi apresentado no Congresso Nacional do PCC, ele tinha como foco o desenvolvimento dos segmentos da agricultura, indústria, defesa e ciência & tecnologia. A necessidade do país em elevar não apenas o padrão de vida material da sua população, mas também, assegurar a sobrevivência do seu sistema em face ao maior desenvolvimento dos seus inimigos. Posteriormente, Deng Xiaoping retomaria este projeto para modernizar a China e se igualar as potências mundiais. Sentindo pouco a pouco a perda de espaço no PCC, Mao Zedong buscou chefiar projetos secundários, que embora contassem com a participação de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, acabaram obtendo resultados não tão expressivos (CARVALHO, 2016).

Devido ao isolamento chinês na Guerra Fria e a participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnam, a China buscou desenvolver projetos de construções pelo interior do país chamado de Terceiro Fronte. O programa tinha como foco construir bases produtivas em áreas mais afastadas do país, no qual seriam cercadas por montanhas para assim garantir o abastecimento industrial e, principalmente, militar. O Terceiro Fronte alcançou parcialmente seu objetivo, sendo apenas interrompido em 1966 com o início da Revolução Cultural no país (CARVALHO, 2016).

3.3 A Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)

Neste ponto é importante ressaltar que a Revolução Cultural Chinesa foi um movimento bastante complexo e não será possível efetuar uma abordagem mais aprofundada deste tema. Por isso, se fez uma breve explanação sobre este evento neste subcapítulo. Portanto, a análise desse tópico possui como principal objetivo elencar as principais consequências políticas resultantes da mudança de posicionamento político do Partido Comunista no início da década de 1970.

A Revolução Cultural Proletária surgiu a partir do choque entre as duas correntes partidárias que despontavam no PCC. Havia duas elites que comandavam o partido. Uma elite originada do período das Comunas de Shanghai e Cantão e da marcha contra o Japão, que acreditava no crescimento dos homens por meio de uma vida de sacrifícios pessoais e sem privilégios, e que incentivava a participação do povo nas tarefas da direção e o coletivismo. Enquanto, a outra elite tinha como sua origem a burguesia e os intelectuais como artistas, engenheiros, médicos e professores. A influência deste último grupo cresceu com o passar do tempo por conta do aumento da complexidade das relações entre Estado, Partido e administração (SANTANA, 2009).

O marco inicial do conflito ocorreu na primavera de 1966, no qual um debate acadêmico despontou nos principais jornais e revistas do país sobre uma peça histórica de autoria do vice-prefeito de Wu Han, na época, chamada de “A demissão de Hai Rui”. A peça foi encenada em 1961 (PEREIRA, 2013).

O enredo se passa no Período Imperial e narra trajetória de um leal mandarim que, ao optar por defender os camponeses, é penalizado por se opor aos desmandos do imperador, numa flagrante alusão à demissão de Peng Dehuai por ocasião da Conferência de Lushan, em 1959 (CARVALHO, 2015, p. 12).

As críticas ganharam força em 1965, quando Yao Wenyuan, jornalista e participante do Comitê Municipal de Shanghai, indicou a peça como exemplo de traição ao prejudicar a imagem e o pensamento de Mao Zedong (CARVALHO, 2015).

Nesse sentido, Mao Zedong criou O Grupo dos Cinco, liderado por Peng Zhen, prefeito de Pequim e politicamente próximo a Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. Mao Zedong afirmava que o país havia se aburguesado e se fazia a necessidade de reintroduzir os antigos valores tradicionais na ordem social. Como resultado, PCC

emitiu uma Circular de 16 de maio, que além de dissolver o grupo, também sentenciava os mesmos a prisão sob acusação de direitismo e bloqueio das transformações culturais no país. No seu lugar foi criado o Grupo Central da Revolução Cultural, capitaneado por Jiang Qing, Yao Wenyuan e outros membros do PCC. Este momento marcou a retomada de Mao Zedong ao poder (CARVALHO, 2015).

Um dos pontos marcantes dessa revolução foi a participação estudantil. Foi por meio desse movimento que se criou a Guarda Vermelha. Apesar de não serem policiais, possuíam autoridade para prender quem identificassem como donos de terras e capitalistas. Mao Zedong fomentou ainda mais a revolta quando fixou cartazes que davam a entender sobre membros do partido que seriam reacionários. Apesar de não mencionar nomes, as suspeitas recaíram sob Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, os quais foram levados para prisões provinciais. Liu Shaoqi veio a falecer e Deng Xiaoping foi exilado (PEREIRA, 2013).

A partir dos anos de 1967 e 1968, o movimento estudantil se tornou mais tênue. Apesar dos camponeses ainda enfrentarem problemas para alimentar suas famílias, a situação já não era mais tão complicada. Entretanto, o principal problema ainda se encontrava nas críticas ao movimento. Quando uma pessoa era considerada contra a revolução, essa pessoa era forçada a participar de encontros chamados de “sessões de luta”, no qual precisaria ficar ajoelhado durante três horas enquanto outros indivíduos gritavam xingamentos e histórias falsas ao seu redor (PEREIRA, 2013).

Segundo Carvalho (2015), Mao Zedong decretou a dissolução da Guarda Vermelha em 1968. Ele ordenou que todo dissidente fosse combatido e que existissem comitês revolucionários em todas as províncias. Esse processo durou até 1969 e marcou o fim da fase mais intensa do processo da Revolução Cultural. Importante ressaltar que a intervenção de Mao Zedong na Guarda Vermelha se deu, principalmente, devido à violência de seus membros. Dados oficiais do governo apresentaram o número oficial de 34 mil mortes, entretanto, este dado é tido como forjado entre os historiadores. Suas estimativas são de que as mortes passaram de mais de um milhão de pessoas.

Em abril de 1969, foi realizado o 9º Congresso do PCC, no qual foi definido uma nova Constituição para o país baseado nos pensamentos de Mao Zedong. Nesse meio tempo, Lin Biao surgiu como o próximo candidato a encabeçar a liderança do PCC (CARVALHO, 2015).

Entretanto, entre os anos de 1969 e 1971, Mao Zedong passou a atuar de maneira receosa com Lin Biao devido à sua preocupação com o aumento das forças militares atuantes dentro do PCC. Isso fez com que ataques indiretos fossem lançados contra a figura de Lin Biao e o seu afastamento das decisões referente ao Partido fossem aumentadas. Constantemente ameaçado, Lin Biao arquitetou um golpe de Estado, que fracassou e resultou no seu falecimento em um acidente aéreo na sua fuga para a União Soviética (PEREIRA, 2013).

De acordo com Pereira (2013), Deng Xiaoping retornou à China somente em 1974, devido a uma solicitação do primeiro-ministro e amigo de Mao Zedong, Zhou Enlai. Sua função seria a de auxiliar Zhou Enlai em suas tarefas diplomáticas. Em 1975, as relações entre ambos os políticos já haviam se deteriorado por completo, por conta de suas divergências de pensamentos, principalmente, em relação à política externa da China. Zhou Enlai faleceu em 1976 e abriu caminho para uma possível sucessão de Hua Guofeng. No dia 4 de abril de 1976 foi realizado um grande cortejo em sua homenagem, entretanto, isto foi de encontro a uma lei recém estabelecida na China que baniu qualquer ato de luto em locais públicos chineses. Isto resultou em um grave conflito entre a população e os policiais. Por sua vez, Deng Xiaoping suprimiu a lei sobre o ato público e foi acusado de incentivar a manifestação, isto resultou na sua prisão domiciliar e na remoção de todos os seus cargos políticos.

Mao Zedong, já com a saúde fragilizada, veio a falecer em 10 de setembro de 1976. Seu falecimento marcou também o fim da Grande Revolução Proletária Chinesa e a ascensão de Hua Guofeng como líder de governo (PEREIRA, 2013).

3.4 A Sucessão Política de Mao Zedong (1976-1978)

Com a morte de Mao Zedong e a 3ª Plenária do 11º Congresso do Partido Comunista da China em dezembro de 1978, Deng Xiaoping despontou como principal figura política do PCC. Nesse meio tempo, Hua Guofeng ocupava o principal cargo de autoridade política na China. Ele exercia os cargos de presidente, primeiro-ministro, presidente do Comitê Central do PCC e da Comissão Militar, ou seja, exercia controle político do PCC, Estado e o Exército. Sua política foi intitulada como “Dois Quaisquer”, pois seu posicionamento era que o PCC deveria defender e implementar todas as diretrizes defendidas por Mao Zedong (PEREIRA, 2015).

Por outro lado, Deng Xiaoping se mostrou contrário a política dos “Dois

Quaisquer”, pois para ele a China estava economicamente atrasada em relação às outras potências. Ele também argumentava sobre a falta de uma autoridade central do PCC, cujo monopólio político beneficiaria não somente os meios de produção, mas também os interesses da classe trabalhadora. Desta forma, novamente estava instaurado uma disputa de ideias no PCC. Devido à ambiguidade entre os posicionamentos dos líderes, nenhuma diretriz foi desenvolvida sobre o futuro da China. (PEREIRA, 2015).

Por conta do forte apoio político que Deng Xiaoping possuía, o líder conseguiu retomar e concluir grandes mudanças dentro do Partido, além, também, de resgatar sua proposta de reforma intitulada como as “Quatro Modernizações”. Foi a partir deste momento que Deng Xiaoping assumiu a posição de “principal artífice da política chinesa” (PEREIRA, 2015, p. 21), dando início as Reformas Econômicas presentes na China até os dias atuais.

3.5 Deng Xiaoping: o início das transformações para uma nova China

Deng Xiaoping assumiu a liderança do PCC em 1978 e deu início ao seu projeto de as Quatro Grandes Modernizações nas áreas de agricultura, indústria, defesa e ciência/tecnologia. Além disso, ele também decretou o 7º Plano Quinquenal, que tinha como objetivo maior produção de eletricidade, transporte e comunicação para incentivar as dinâmicas econômicas da política interna e externa da China (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

(...) as reformas das “Quatro Modernizações” exerciam uma função de superar uma etapa do desenvolvimento do país não alcançada pela Revolução Cultural: melhorar as condições materiais e econômicas das classes mais pobres, mediante a elevação das forças produtivas no campo e na indústria, bem como da abertura controlada da economia (LEÃO, 2010, p. 35).

Conforme o Relatório do 7º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (2007), o processo de reabertura econômica significava uma reforma arquitetada pelo partido para fortalecer as forças produtivas e acelerar o processo de modernização do país, consolidando assim um sistema socialista nos moldes chineses. O relatório reforçou que o foco do partido era o desenvolvimento econômico e que isto desencadearia a necessidade de uma abertura comercial da China.

O rápido desenvolvimento representa o mais notável sucesso do novo período. O Partido desenvolveu a estratégia das três etapas para a modernização, levando o povo a trabalhar arduamente para promover o rápido desenvolvimento sustentado da China a uma taxa raramente vista no mundo. A economia da China, em tempos à beira do colapso, cresceu de forma a alinhar como a quarta maior do mundo e com um volume de importações e exportações que é o terceiro maior. O povo chinês, em tempos inadequadamente alimentado e vestido, goza no geral de uma vida razoavelmente confortável. A população pobre das áreas rurais caiu de mais de 250 milhões para pouco mais de 20 milhões. Os sucessos no desenvolvimento político, cultural e social chamaram a atenção do mundo (RELATÓRIO DO 7º CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA, 2007, p. 7).

Dessa forma, o rumo da abertura econômica seguiu os moldes socialistas. No entanto, uma vez que o objetivo era a modernização da economia comandada pelo Estado, elementos capitalistas foram incrementados para atingir sua meta (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Para muitos especialistas, esse modelo de mercado chinês ficou conhecido como Socialismo de Mercado ou Capitalismo de Estado, no qual significa uma economia conjunta de coexistência entre empresas privadas e estatais. Isto resultou em uma criação de uma nova forma de produção. Entretanto, ainda assim, o poder do Estado seria centralizado, o que o possibilitaria de subsidiar preços e garantir a estabilidade econômica e social nos setores de sua escolha (MOTTA, 2020).

Assim, voltando à linha temporal, pode-se afirmar que através da entrada das empresas privadas no setor econômico e o aumento da globalização nas décadas de 1970 e 1980, a abertura econômica se tornou um caminho mais fácil de ser trilhado. Caberia, contudo, ressaltar que o processo de abertura econômica somente foi possível, pois possuía como base o princípio de não ferimento aos princípios marxistas (DANTAS; MESQUITA; SALES, 2022).

Seguindo suas reestruturações, Deng Xiaoping realizou o desmantelamento das comunas e sugeriu uma nova reforma para o campo que possibilitou às famílias venderem a sua produção excedente. Importante ressaltar que a transição das comunas para o sistema familiar gerou um grande deslocamento de pessoas para o centro urbano, uma vez que nem todas as famílias receberam terras para cultivar, o que por sua vez causou um nível considerado de desemprego nessas regiões. Além do deslocamento para o centro urbano, isto também resultou num aumento de serviços prestados que, por consequência, sucedeu na duplicação da produção rural entre 1980 e 1986. Esse processo fomentou o aumento da acumulação de riqueza

rural e provocou a expansão da indústria de bens e consumo (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Foi, também, na década de 1980 que surgiu Township and Village Enterprises, empreendimentos não agrícolas estabelecidos nas zonas rurais. Estes empreendimentos se consolidaram por meio do benefício governamental através de uma baixa na alíquota de impostos. Foram totalizadas mais de 10 milhões de empresas deste tipo, sendo 80% delas propriedades privadas (BARBIERI; ZAGO, 2020).

Com o advento da Guerra Fria, a China passou a ter acesso ao mercado norte-americano através do Comunicado de Shanghai, que deu início às relações sino-americanas, e por meio do crédito ao mercado externo. Isto fez com o que o país tivesse capacidade de promover o financiamento das importações de máquinas e equipamentos sem afetar a estabilidade do seu balanço de pagamentos. Em tese, a tática chinesa se resumiu em fazer com que sua estrutura produtiva servisse ao mercado externo, pois seria através das exportações que o país incorporaria o dinamismo externo e incrementaria sua indústria (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Além disso, outras estratégias com o mesmo objetivo foram implementadas:

(...) atração de IDE, que além de trazer o capital externo produtivo, atraia *know-how*; o incentivo à cópia e à engenharia reversa; a manutenção do câmbio artificialmente desvalorizado; financiamento estatal para novos empreendimentos a taxas de juros menores; altas taxas de investimento, entre outras. Tratava-se de estratégias elaboradas pelo Estado que viabilizavam a presença do mercado sem a perda da autonomia nacional. Essa atuação participativa do Estado chinês no comando do processo de industrialização e desenvolvimento econômico do país pode ser entendida pela ótica de que a convergência de renda entre os países industrializados e os não industrializados não se trata de um resultado natural da dinâmica econômica (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 12).

Conforme apontado anteriormente, o 7º Plano Quinquenal criou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que tinham como objetivo incentivar a produção industrial e o crescimento de toda a rede de serviços. Estas áreas foram selecionadas pelo governo chinês para a entrada de capital estrangeiro por meio de investimentos de longo prazo. Além disso, essas regiões também possuíam como finalidade a fomentação da modernização e o avanço nos setores industriais e exportadores. As zonas foram criadas em regiões estratégicas, que se encontravam próximas ao litoral e a centros que já aprimoravam algumas características capitalistas, seriam elas:

Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e uma área especial da ilha de Hainan. Por se encontrarem próximas ao litoral, algumas ZEEs conseguiram se inserir na cadeia produtiva global, agindo como um agente intermediário entre os Estados Unidos e os países mais desenvolvidos ao Leste/Sudeste asiático. O principal benefício para a instalação de empresas estrangeiras nas ZEEs era, especialmente, a questão cambial e tributária (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Na Tabela 1 é possível visualizar o rápido crescimento que as ZEEs possibilitaram no PIB real dessas regiões ao longo dos anos:

Tabela 1 - Produto Interno Bruto real das ZEEs (em bilhões de yuan)²

ZEEs	1979	1980	1985	1990	1991	1992	1995	1996	1997	1979 - 1997
Shenzhen	0,2	0,3	2,3	6,2	6,9	8,7	13,6	15,1	17,4	8600%
Zhuhai	0,2	0,2	0,7	1,5	2,1	3,1	3,4	3,6	3,9	1850%
Shantou	0,9	0,9	1,7	2,6	3,2	3,6	5,2	5,9	6,9	667%
Xiamen	0,5	0,6	1,2	1,7	2	2,3	4,6	5,5	6,7	1240%
Hainan	1,7	1,8	3,1	4	4,6	6,3	7,5	7,9	8,4	394%
Total ZEE	3,4	3,8	9	14,8	18,8	24	34,3	28	43,3	1174%
Total China	392	417	703	694	1.014	1.137	1.610	1.786	1.963	401%

Fonte: Knoth (2000) apud Celino (2006).

Conforme pode ser observado na Tabela 1, Shenzhen se tornou a ZEE que mais cresceu economicamente. Isto se deu em parte devido à sua localização, pois era a ZEE que fazia fronteira com Hong Kong e por essa razão acabava captando boa parte do Investimento Estrangeiro Direto (IED) que vinha do país vizinho. Embora o crescimento das outras zonas especiais seja relativamente pequeno, é importante lembrar as dimensões do mercado interno chinês da época (CELINO, 2006).

Seguindo no desenvolvimento das ZEEs, o Estado aplicou um pedaço do seu orçamento visando desenvolver a infraestrutura das ZEEs. Isto se fez por meio de subsídios fiscais e aplicação em qualificação de mão-de-obra, pois assim estaria atendendo às necessidades das empresas. O surgimento das ZEEs possuía uma visão estratégica de captação de tecnologia de outros países por meio da atração das empresas multinacionais. Dessa forma, boa parte das empresas acabaram ingressando no mercado chinês por meio do modelo de *joint venture*, no qual as

² Não foram encontradas informações referentes ao produto interno bruto real das ZEEs em dólar.

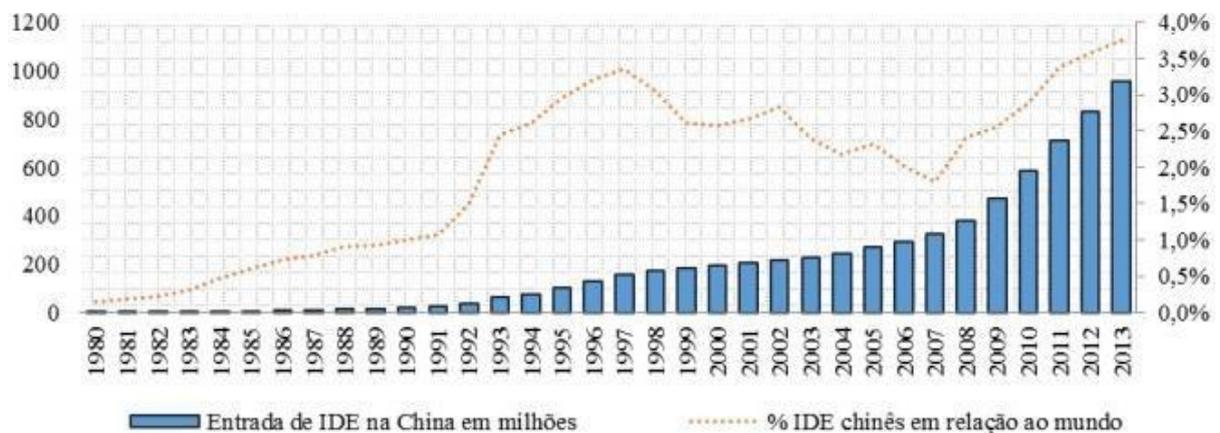
empresas estrangeiras se acoplavam às empresas nacionais e garantiam assim além da atração de mercado, o *know how* provido por elas (CELINO, 2006).

Após a certeza do êxito das ZEEs, o governo chinês estimulou a criação das Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET). Nelas o governo determinou uma nova legislação tributária visando promover investimentos externos nessas regiões, especialmente, nos setores exportadores focados em tecnologia, ou seja, incentivar a captação de capital externo para a produção de produtos de maior valor agregado (LEÃO, 2010).

Relacionado à entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED), a China se tornou uma grande recebedora deste tipo de investimento nas décadas de 1980 e 1990 e sua aplicação ocorreu conforme abaixo:

(...) Assim, durante o período inicial da reforma (1979-1986), os investimentos concentraram-se nas atividades de prospecção geológica, na indústria manufatureira trabalho-intensiva (indústria tradicional, especialmente têxtil e confecções de roupas) e no setor de serviços (atividades imobiliárias). A partir de 1986, com o início da segunda fase da abertura ao IDE, o governo chinês tomou uma série de medidas para mudar a estrutura setorial dos investimentos diretos recebidos, dirigindo-os para a indústria de transformação e para os setores *export-oriented* e de mais alta tecnologia (ACIOLY, 2005 apud ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 25).

Gráfico 1 - Entrada de investimento direto externo em bilhões de dólares a preços correntes e participação, em percentual, da entrada de IDE³ na China em relação ao mundo (direita)



Fonte: Araújo; Brandão; Diegues (2018).

³ IDE – significa “Investimento Estrangeiro Direto (IED).”

Como observado no Gráfico 1, Araújo; Brandão; Diegues (2018) definiram o IED da China em quatro fases, seriam elas: nos anos de 1980 a 1990, depois nos anos de 1992 à 1997, após os anos de 1998 a 2000 e por fim 2001 a 2002. Na sua primeira fase foi acumulado US\$ 22,9 bilhões, sendo que somente um terço deste valor foi nos primeiros cinco anos, sobrando US\$18,6 bilhões para 1986 a 1990. Já para os anos de 1992 a 1997, o seu valor recebido totalizou US\$ 192,7 bilhões. Isto se deu devido ao aumento da confiança dos investidores na abertura econômica do país. O montante da terceira fase foi relativamente menor quando comparado aos outros anos devido a diminuição da taxa de crescimento, seu somatório foi de US\$ 40,7 bilhões. Já para os anos 2001 e 2002, seu resultado foi de US\$ 46,8 bilhões e US\$ 52,5 bilhões, respectivamente. Neste sentido, se observou o reflexo do trabalho da abertura comercial chinesa somente a partir dos anos de 1992. Apesar da entrada de IED na China seguir com um crescimento linear com o passar dos anos, notou-se que a porcentagem em relação ao mundo relatou uma queda em 2007, que ocorreu devido à crise financeira mundial, a qual afetou não apenas a China. Contudo, a partir de 2008, a porcentagem voltou a crescer em conjunto com a entrada de IED no país.

Em tese, o IED foi direcionado para o aumento da capacidade produtiva e das exportações. Sendo assim, a sua entrada ocorreu para “estimular a concorrência, expandir a estrutura produtiva e disponibilizar recursos e tecnologias para setores típicos da terceira revolução industrial” (LEÃO, 2010, p. 41).

Segundo Cunha e Xavier (2010), 90% do IED aplicado na China foi revertido para a modernização do capital e aumento da capacidade produtiva. O Estado buscava incentivar as empresas estrangeiras a produzirem seus bens dentro da China para exportar, pois desta forma estariam estimulando, principalmente, as reservas do país.

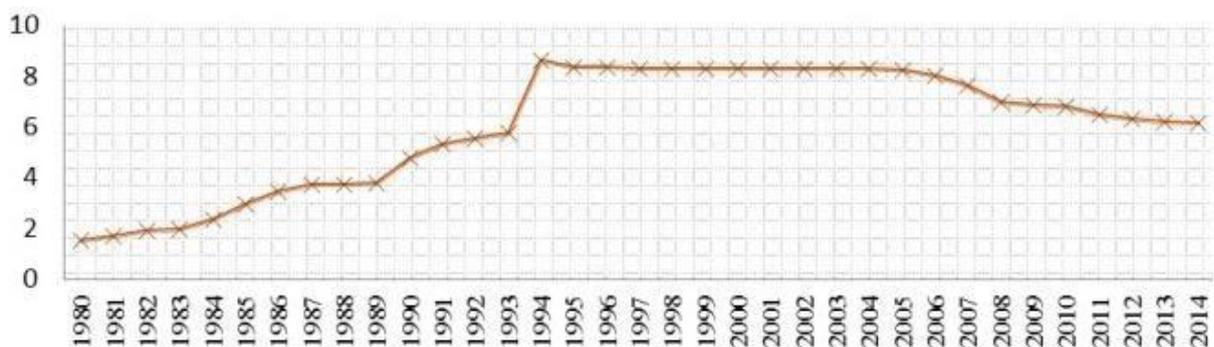
Referente ao apoio externo prestado pelo Estado para auxiliar na competitividade das empresas externas e internas, se destaca a sua política de centralidade da taxa de câmbio. Conforme Milaré (2011) apud Araújo; Brandão; Diegues (2018), a política de desvalorização do câmbio virou parte da política macroeconômica da China em 1984. Ela teve sua intensificação por meio de um regime dual de câmbio: “o oficial (administrado) e o mercado de swaps, que era restrito às empresas instaladas nas ZEEs e tradings Estatais” (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 17).

A política cambial de desvalorização do câmbio ocorreu ao mesmo tempo em

que o parque industrial do país estava sendo desenvolvido, seu objetivo era fomentar a competitividade dos produtos que eram produzidos na China. Além do mais, isto também funcionava como um bloqueio comercial aos produtos importados. Conforme o Gráfico 2, é notável que a desvalorização cambial veio em um ritmo crescente entre os anos de 1980 à 1994. Já a partir de 1994 à 2005, a desvalorização passou para um patamar mais elevado e estável, favorecendo as exportações chinesas. Percentualmente em relação ao mundo, A queda a partir de 2006 não foi significativa, mantendo, ainda, um câmbio competitivo para as exportações da China.

(...) essa medida foi apontada pelos economistas estruturalistas, como Prebisch, como parte do processo de substituição de importações. Trata-se de uma maneira de equilibrar o balanço de pagamentos ao conter as importações e estimular as exportações (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018, p. 17).

Gráfico 2 - Taxa de câmbio chinesa – yuan por dólar



Fonte: Araújo; Brandão; Diegues (2018).

Nesse sentido, é importante ressaltar que o governo chinês conseguiu manter os preços da economia em um patamar estável nos anos de 1999 à 2006, mantendo a inflação abaixo de 10% ao ano. Já referente à dívida pública chinesa, apesar de seus bancos serem públicos e boa parte das empresas devedoras também serem públicas, isto dificultou a mensuração dos dados. Entretanto, quando descontado a dívida da reserva nacional, a posição patrimonial do governo é negativa (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

Outro fator condicionante para o crescimento econômico da China também é a mão-de-obra e o seu baixo custo. Costa; Levy; Negri; Nonnenberg (2008), elencaram alguns fatores a serem observados e comparados com outros países que atraem investidores externos:

- Oferta de mão-de-obra altamente adaptável ainda que com baixo grau de qualificação;
- Alta concepção de hierarquia e disciplina, o que em conjunto com a proibição de organizações sindicais, quase que impossibilita a pressão por aumento de salários;
- Direitos trabalhistas são praticamente inexistentes na sociedade chinesa, ou seja, não há férias (apenas feriados semanais anuais), semana de trabalho de sete dias e ausência de aviso prévio.

Além dos fatores citados acima, há também a prática comum de muitos migrantes temporários, com mão-de-obra não qualificada, saírem do campo para a cidade e não levarem suas famílias. Isto faz com que muitos deles não possuam despesas com casa e se abriguem em quartos no seu local de trabalho, o que também acaba resultando em uma baixa manutenção do trabalho para seus empregadores (OLIVEIRA, 2011).

A Tabela 2 demonstra a faixa salarial de diferentes hierarquias de trabalho da China em comparação com outros países. Apesar do salário chinês ser um dos mais baixos, seu valor não é tão distante do salário da Índia e Singapura (OLIVEIRA, 2011).

Tabela 2 - Salários mensais em países selecionados (em US\$)

	China	Índia	Singapura	Taiwan	Japão	EUA
Presidente da Empresa	2.865	1.764	11.131	13.638	18.300	31.200
Diretor Industrial	1.866	937	6.740	6.986	12.045	11.592
Ger. De chão de fábrica	1.399	724	4.639	6.036	7.992	8.056
Eng. De Sistemas	746	490	2.290	2.573	4.663	5.460
Sup. De Produção	589	384	1.847	2.253	3.485	3.917
Secretária	393	176	1.326	1.415	1.720	2.208
Motorista	279	147	975	1.520	1.217	2.442

Fonte: ASIAWEEK, 2000 citado por Jurgens; Rehbehn, (2004).

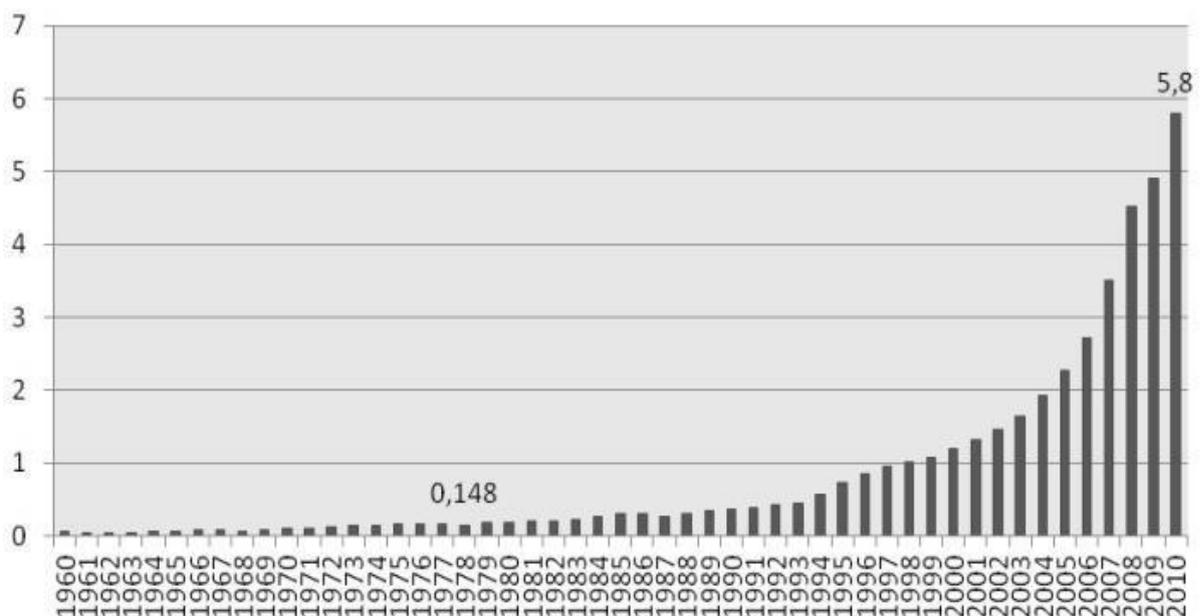
Segundo Arrighi (2008), uma das principais vantagens da China não está somente no fato de que seus trabalhadores custam apenas 5% do que os norte-americanos custam, mas sim o fato de que seus engenheiros e gerentes de fábricas custem em torno de 35% a menos.

Nesse sentido, as reformas estabelecidas na China em 1978 visaram na extensão da sua capacidade produtiva, estabelecendo assim uma rede de alimentação nacional (JABBOUR, 2010 apud MIGUEL, 2023). É por meio desse

sistema que a virada de sua economia consegue se consolidar. Nesse sentido, o desenvolvimento chinês adquire maior força após o ano de 2001, especialmente com a sua adesão à Organização Mundial de Comércio (OMC) conforme será visto no próximo subcapítulo.

Por fim, a abertura econômica chinesa e o seu investimento no processo de modernização transformaram, e vem transformando, a China cada vez mais relevante para a economia mundial. Conforme o Gráfico 03, é possível visualizar que no ano de 1978 o PIB chinês não atingia nem 5% do PIB mundial. Contudo, já em 2003 sua participação já atingia 15%, o que lhe garantiu o lugar de segunda maior economia do mundo em 2010. Seu PIB nesse ano era de US\$ 5,8 trilhões.

Gráfico 3 – Evolução do Produto Interno Bruto da República Popular da China (valores em trilhões de US\$ correntes)



Fonte: Banco Mundial apud Oliveira (2011).

Apesar do exponente crescimento que ocorreu na economia chinesa com as políticas de Deng Xiaoping, haviam situações que ainda preocupavam o PCC. Como, por exemplo, o crescimento de migração de trabalhadores do interior para as ZEEs e, principalmente, o aumento das desigualdades econômicas. Ainda que as ZEEs tenham proporcionado a modernização e o desenvolvimento da economia chinesa, seus benefícios recaíram especialmente nas regiões litorâneas. Dessa forma, em 1989, ocorreu o Incidente da Praça da Paz Celestial, localizada em Tiananmen. Ele

foi o ápice das transformações sociais na China, trazendo à tona uma disputa até então velada, entre quem defendia as reformas e quem acreditava que elas deveriam ser contidas. Perante a falha em conter as manifestações pacificamente, o governo optou pelo uso da força, o que resultou na morte de cerca de 800 pessoas. O resultado foi o afastamento de Zhao Ziyang do cargo de secretário-geral do PCC e a ascensão de Jiang Zemin, representante da ala conservadora, como secretário do partido em Shanghai. Dessa forma, os questionamentos referentes as reformas ganharam ainda mais força (SILVA, 2016). Esse cenário deixou claro como a liderança do Partido e a estrutura política do país pouco haviam mudado (ROSSI, 2011).

Como forma de defender o legado das reformas, Deng Xiaoping realizou, em 1992, inúmeras visitas às principais cidades do Sul da China. Seu objetivo era comprovar o sucesso da política de abertura econômica. Isto resultou na inclusão da teoria “socialismo com características chinesas ao pensamento-guia do Partido” (SILVA, 2016, p. 30). Após esse momento, a discussão trocou seu rumo, deixando de ser sobre a continuação das reformas e passando a ser sobre de que maneira as reformas deveriam continuar sendo aplicadas.

Já no cenário externo, com a intenção de conter a União Soviética, os Estados Unidos passaram a classificar as economias asiáticas que operavam sob regimes de protecionismo econômico como economias autoritárias. O desmonte da União Soviética e a mudança do sistema para um sistema unipolar deixou claro o triunfo do pensamento liberal. Sendo assim, a reação do ocidente perante o episódio foi o afastamento político e a aplicação de sanções econômicas e militares à China (SILVA, 2016).

Importante ter em mente que as relações entre os Estados Unidos e a China não eram tidas como as melhores até então, entretanto, após estes acontecimentos, a rivalidade entre os dois países passou a crescer ainda mais. Isto causou a reaproximação da China com a Rússia e os países da Ásia Central, formando os Cinco de Shanghai (China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão) (SILVA, 2016).

Nesse sentido, foi nesse período que emergiu a “Afirmação Asiática”. A China buscou a integrar fóruns multilaterais regionais por meio da sua participação no Fórum Regional da ASEAN. O país também buscou aumentar sua cooperação com a ASEAN, a Coreia do Sul e o Japão (SILVA, 2016).

Conforme Rossi (2011), em 1992 tendo em mente o cenário interno conflituoso no qual a China se encontrava, a sucessão de Deng Xiaoping começou a ser

articulada. Jiang Zemin, secretário-geral do PCC e prefeito de Shanghai na época, o qual despontou como o escolhido para assumir a liderança do governo. Seus primeiros anos de governo foram marcados por muita cautela nas suas decisões, o que indicou uma determinada falta de autoridade. Num primeiro momento, o novo líder sofreu para definir o rumo do seu próprio governo e lidar com os problemas econômicos do país. Entretanto, após consolidado, seu governo foi o marco do crescimento exponencial do comércio externo da China e a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). O crescimento econômico na era Jiang Zemin não atingiu o patamar menor do que 7% ao ano, contudo, também foi alvo dos inúmeros problemas sociais que o país enfrentava nessa época.

3.6 O governo de Jiang Zemin

Em 1993, Jiang Zemin lançou um novo projeto de reformas econômicas que geraram em resultados tão positivos quanto os de 1978. Suas medidas consistiram no aumento da renda pública, por meio de um programa tributário mais eficaz, que iniciariam inúmeras reformas bancárias e a consolidação da autoridade regulatória do banco central. Isto acabou promovendo leis que beneficiaram os direitos civis, de propriedade e corporativos e proporcionaram a centralização e fortalecimento da moeda (OVERHOLT, 1996 apud ROSSI, 2011).

O surgimento de um ambiente favorável à competição e com leis mais rígidas beneficiou a expansão de diversos setores da economia. Como por exemplo: companhias aéreas, manufatura e distribuição no varejo. “O crescimento da economia chinesa atingiria e se manteria entre as maiores taxas do mundo (...)” (ROSSI, 2011, p. 39).

“As reformas da segunda fase inseriram novos preços e normas, aplicados de maneira igual a todos os agentes econômicos. Essas transformações visavam à regulamentação da competição como força motriz do desenvolvimento econômico” (ROSSI, 2011, p. 40). Foi, também, a partir dessas mudanças que o setor privado passou a ser mais reconhecido.

Contudo, apesar das significativas mudanças e ganhos que vinham sendo proporcionados para a China, Jiang Zemin precisou lidar com as duras críticas que sofria da esquerda voltadas às reformas econômicas e a abertura comercial da China para a economia internacional e a globalização. Como forma de enfrentar as

oposições e diferentes interesses no governo, Jiang Zemin buscava seguir um caminho que equilibrasse as pressões dos partidos da esquerda e direita (ROSSI, 2011).

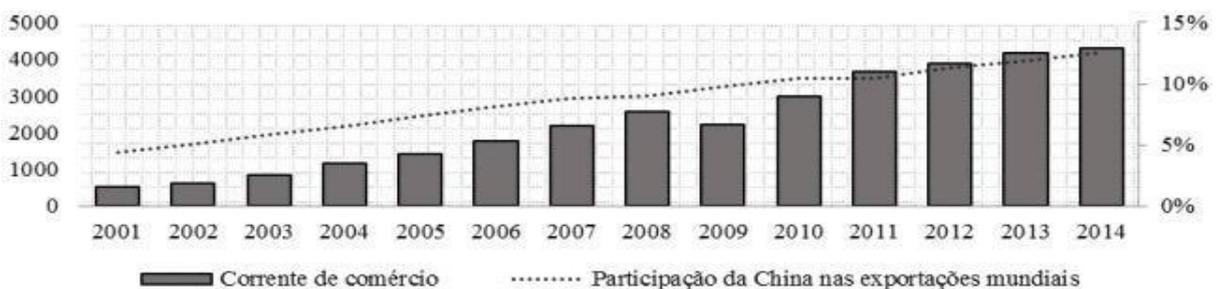
Conforme observado anteriormente, após 15 anos de negociação, a China ingressou na OMC no dia 10 de novembro de 2001. A entrada do país na Organização exigiu do país diversas ações:

Não discriminação entre todos os membros da OMC para produtos e empresas. Não discriminação entre produtos nacionais e importados (por ex. prática de sistema dual de preços), e não discriminação entre empresas nacionais ou estrangeiras (por ex. direito de comércio apenas para empresas chinesas). Cumprimento das Listas de Compromissos com reduções substanciais de tarifas consolidadas médias para 15% em agricultura e 8,9% em bens não-agrícolas. Cumprimento dos compromissos de redução em apoios à agricultura com um teto de 8,5% do valor da produção agrícola, e eliminação de subsídios para exportação. Transparência de toda a legislação e medidas administrativas relacionadas com o comércio internacional. Eliminação de quotas e restrições às importações. Adoção de todos os Acordos da OMC, entre eles, o de TRIPs (propriedade intelectual), TRIMs (proibição de condicionar incentivos ao investimento a medidas de restrição às importações, ao desempenho exportador ou ao conteúdo local), Agricultura, Serviços, Defesa Comercial, Barreiras Técnicas, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e Licença de Importações” (THORSTENSEN, 2010, p. 6).

A participação do país na Organização serviu como um impulso para a sua amplificação comercial. O impacto do comércio internacional na economia chinesa pode ser notado através do PIB, no qual em 1990, o fluxo comercial representava menos de 40% no PIB, aumentando para 65% em 2003 (THORSTENSEN, 2010).

Conforme visualizado no Gráfico 4 abaixo, é possível notar a expansão das exportações do mercado chinês:

Gráfico 4 – Corrente de comércio chinesa após a entrada da China na OMC em bilhões de dólares (lado esquerdo) e participação das exportações chinesas nas exportações mundiais em percentual (lado direito)



Fonte: TRADEMAP apud Araújo; Brandão; Diegues (2018).

Sendo assim, é perceptível que a entrada na OMC e o relaxamento das barreiras comerciais propiciaram um aumento nas exportações da China, caindo apenas em 2008 devido à crise financeira mundial (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

As mudanças proporcionadas pelo governo de Jiang Zemin motivaram a evolução da economia de mercado da China e a realização de taxas de crescimento do PIB em altos níveis. Isto possibilitou a entrada de muitas empresas multinacionais estrangeiras e o aprofundamento do processo de internacionalização do país, aumento da propriedade privada e consolidação macroeconômica. Jiang Zemin deixou seu cargo em 2002 e foi sucedido por Hu Jintao (ROSSI, 2011).

3.7 A China atual

Neste subcapítulo será abordado a China dos anos 2000. Seguindo a linha histórica, no primeiro subtópico será discutido referente ao ex-presidente Hu Jintao. Seu mandato iniciou em 2003 e findou em 2013. O ex-presidente trouxe consigo o aprofundamento da China no campo da inovação de tecnologias. Já no segundo subtópico, será visto sobre seu sucessor e atual presidente Xi Jinping. Sob o mandato de Xi Jinping, temos a China contemporânea. Apesar do Estado chinês já despontar como potência global desde o governo de Hu Jintao, foi a partir do governo de Xi Jinping que a China passou a ser vista como uma futura ameaça a hegemonia estadunidense.

3.7.1 O governo de Hu Jintao

Com o ingresso do século XXI, se tornou claro o poder e a ascensão da China no cenário global e foi sob estas circunstâncias que Hu Jintao assumiu o cargo de Presidente da China em 2003. De início, o novo líder político declarou que não seguiria pelo caminho das reformas políticas e sinalizou a urgência de fortalecer a capacidade do PCC de governar, que vinha sendo acusado de estar sucumbindo aos interesses da classe privada e empresarial. Dessa forma, seu principal objetivo era fortalecer a obediência ao Partido a fim de acabar com a corrupção instalada em alguns membros (ROSSI, 2011).

Nesse sentido, Hu Jintao acreditava que era preciso abandonar o pensamento

do crescimento econômico baseado apenas no PIB. Nesta nova fase a meta era iniciar um processo de modernização da economia chinesa que fosse voltada também para a solução dos problemas sociais (NOVAK; CASTRO, 2019). Importante ressaltar que durante o governo de Hu Jintao, a disparidade sobre a concentração de renda nas zonas rurais e urbanas se tornou mais acentuada. Essa grande desigualdade se deu, pois por anos o foco da China para investimentos foram as zonas costeiras.

Nos seus anos de governo, Hu Jintao buscou fortalecer a área tecnológica. Para isso ele estabeleceu dois grandes programas: o primeiro foi o Programa de Médio e Longo Prazo de Ciência & Tecnologia (MLP) e o segundo Programa de Fomento às Indústrias Estratégicas Emergentes. No primeiro programa, o governo chinês buscou pressionar as empresas estrangeiras a mover sua tecnologia para empresas locais para assim blindar estas empresas da competição internacional. O governo passou a exigir de qualquer multinacional da área de informática e da indústria automobilística “o licenciamento da tecnologia para as empresas chinesas como uma condição para seu investimento no país” (CASSIOLATO, 2013, p. 9). A aplicação dessa política auxiliou a transferência de muita tecnologia internacional para a China. Isto possibilitou o desenvolvimento de um grande número de empresas chinesas, como por exemplo, a Lenovo e a Huawei. As empresas se tornaram grandes protagonistas no cenário global após esta política específica.

A empresa Lenovo foi criada a partir da legislação dos anos 1980, na qual as universidades e instituições de pesquisa possuíam empresas de alta tecnologia. Conforme a Tabela 3, é possível observar que as universidades chinesas tinham mais de 2.300 empresas que possuíam o faturamento anual de 80 bilhões (em RMB⁴) e um lucro de mais de 4 bilhões (RMB) em 2004. Esse faturamento veio crescendo desde 1999 (CASSIOLATO, 2013).

⁴ RENMINBI (RMB) assim como o YUAN, também é usado para nomear a moeda chinesa.

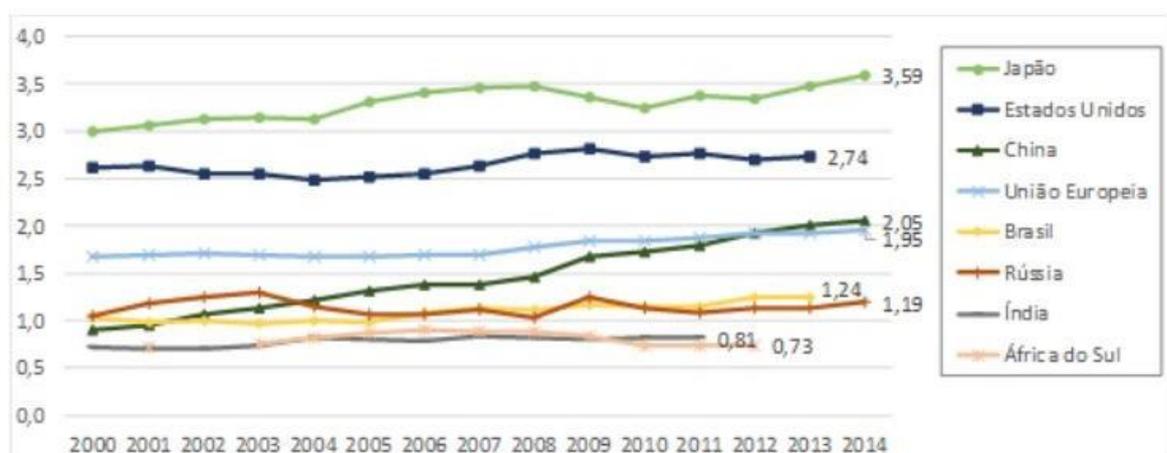
Tabela 3 – China: empresas das universidades (1999)

	Número de <i>spin-offs</i>	Faturamento (RMB bilhões)	Lucro (RMB bilhões)
1999	2.137	26,7	2,2
2000	2.097	36,8	3,5
2001	1.993	44,8	3,1
2002	2.216	53,9	2,5
2003	2.447	66,8	2,8
2004	2.355	80,7	4,1

Fonte: Ministry of Education (2005) apud Cassiolato (2013).

A partir dos anos 2000, a China traçou um rumo mais objetivo para a área tecnológica. Isto se deu por meio de programas de desenvolvimento voltados para a construção de um país direcionado pela inovação (CASSIOLATO, 2013).

No Gráfico 5 é possível visualizar a evolução em pesquisa e desenvolvimento (P&D), que pulou de menos de 1% do PIB no início dos anos 2000 para cerca de 2,0% em 2014. Em comparação com os outros países, em 2013 o Brasil atingiu 1,24%, Rússia 1,19%. Apesar de ainda não ter atingido patamar semelhante aos do Japão 3,59% e dos Estados Unidos 2,74%, o investimento chinês em P&D ultrapassou a União Europeia com 1,95% do PIB (ARBIX; MIRANDA; TOLEDO; ZANCUL, 2018).

Gráfico 5 – Dispendio em P&D em relação ao PIB, países selecionados (2000-2014)

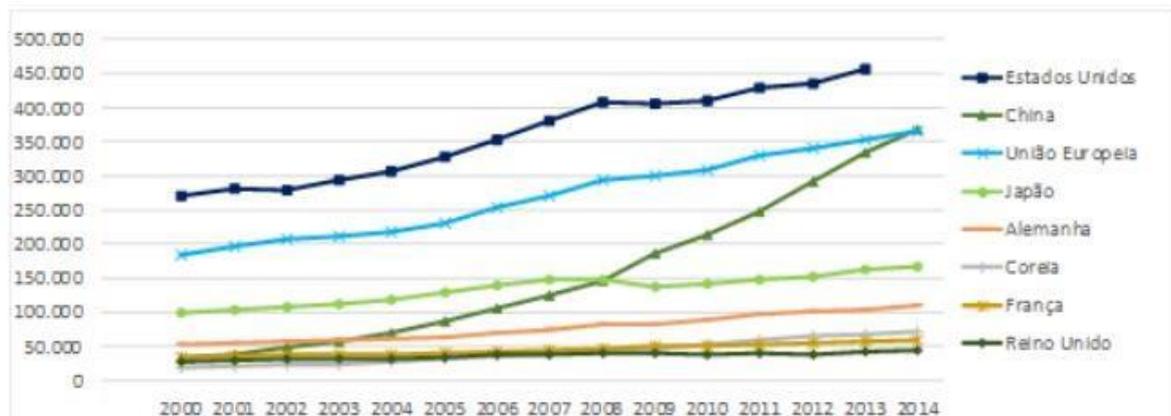
Fonte: OECD (2016) citado por Arbix; Miranda; Toledo; Zancul (2018).

Nesse sentido, se faz importante ressaltar que a visão da indústria chinesa como “cópia” barata e mão-de-obra abundante e pouco qualificada já não retrata mais

a nação. Hoje em dia, a China concorre pela liderança em tecnologias de ponta e inovação (por exemplo, Huawei, Xiaomi e ZTE são as gigantes desse setor), trens de alta velocidade (China South Locomotive e Rolling Stock), energias renováveis (Trina Solar e Yingli Green Energy), energia solar e eólica (Goldwind United Power e Ming Yang) e supercomputadores apresentando uma tecnologia 100% chinesa (TaihuLight) (ARBIX; MIRANDA; TOLEDO; ZANCUL, 2018).

As ações voltadas ao P&D do governo chinês já apresentaram resultados, tanto no aumento dos indicadores de ciência, tecnologia e inovação quanto na criação de grandes empresas que atuam de maneira agressiva no comércio internacional. Conforme pode ser visto no Gráfico 6, a China se transformou no segundo país que mais investe em P&D, conforme dados retirados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD). O montante aplicado quadruplicou em apenas dez anos, passando de US\$ 86 bilhões (2005) para US\$ 369 bilhões (2014). Esse crescimento de investimento fez com que a China ultrapasse países como a Alemanha, França e Japão, respondendo por cerca de 20% do investimento global.

Gráfico 6 – Dispendios em P&D, em preços correntes – principais países (em milhões de US\$)



Fonte: OECD (2016) citado por Arbix; Miranda; Toledo; Zancul (2018).

Além do mais, estes investimentos acabaram refletindo no aumento de formação de profissionais. O número de matriculados no ensino superior basicamente triplicou e o número de pesquisadores na pós-graduação dobrou entre os anos de 2003 e 2013 (ARBIX; MIRANDA; TOLEDO; ZANCUL, 2018).

Conforme já apresentado anteriormente no Gráfico 3, em 2010 a China apresentou um crescimento do PIB elevado. Com isso, conforme Miguel (2003), a

China ultrapassou o Japão e se tornou a segunda maior economia mundial. Nesse contexto, o governo chinês demonstrou que gostaria de seguir um caminho de “ascensão pacífica” em sua política externa. Apesar deste discurso buscar pela “promoção da paz, busca pelo desenvolvimento econômico e construção de um mundo harmonioso” (AMARAL, 2012, p. 82), ele foi reestruturado algum tempo depois, pois a China não desejava que o seu crescimento fosse interpretado como uma ameaça aos seus vizinhos e que desafiasse ao sistema vigente. Outro motivo apontado, estaria na questão de Taiwan, que a China não reconhece como país independente. O governo chinês acreditava que o termo poderia causar falsas esperanças aos taiwaneses em relação ao não uso da força caso estes continuassem no seu processo por independência.

Como notado, Hu Jintao buscava adotar uma postura neutra e pacífica na sua política externa, assim como seus antecessores. Contudo, a partir da sucessão em 2013 de Xi Jinping, a China passou a se posicionar de maneira mais proativa e buscou uma maior inserção no cenário internacional (AMARAL, 2012).

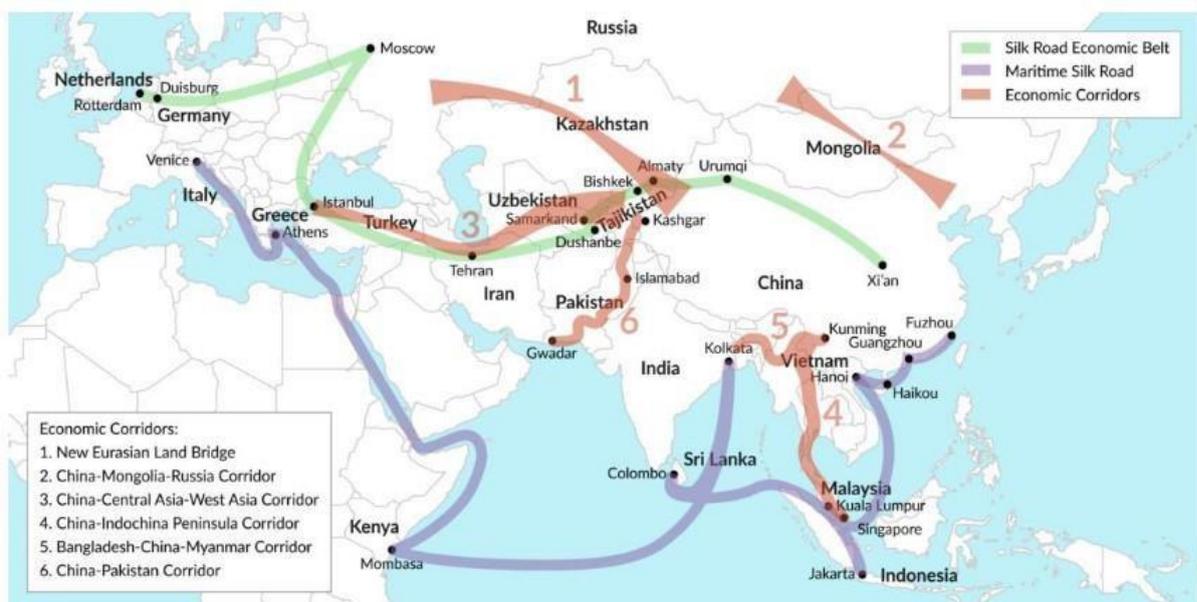
3.7.2 O governo de Xi Jinping

Importante ressaltar que antes de explanar sobre o governo de Xi Jinping, é preciso entender que os governos de Jiang Zemin e Hu Jintao foram delimitados pelo sistema de liderança coletivo, ou seja, não eram os líderes centrais e eram considerados como “os primeiros dentre iguais” (LIMA, 2020, p. 28) e dividiam o seu poder com outros representantes. Nesse sentido, não era possível para esses líderes implementar políticas sem o aval da maioria. Xi Jinping, aproveitando as crises resultantes da corrupção do passado devido a gestão coletiva, conseguiu implantar reformas institucionais para centralizar o poder em si. Isto acabou o tornando o líder mais influente da China desde Deng Xiaoping.

Desde a década de 1990, a China deixou de lado seu baixo perfil diplomático e passou a desempenhar uma diplomacia ativa, que passou a ser fomentada ainda mais no governo de Xi Jinping. Fica claro que o objetivo com esta mudança de posicionamento é ascender como um país líder nas áreas voltadas a economia e a política. Dessa forma, foi assim que surgiu a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), lançada inicialmente em 2013, o *Made in China 2025* (2015) e a Doutrina da Defesa Ativa (2015) (MAGNO; SILVA; UNGARETTI, 2021).

Dado o aparato anterior, Xi Jinping em seu relatório no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês em 2017, discorreu sobre a construção de uma “nova era”, na qual houvesse uma comunidade com o mesmo propósito, não apenas para a Ásia, mas para toda a humanidade. É nesse cenário que a Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR) é reformulada. Apesar da iniciativa ser uma remodelação do antigo “Um Cinturão, Uma Rota”, o projeto veio à tona com o objetivo de trazer novas oportunidades e meios de vendas para a China, e conseqüentemente, ligar os países participantes aos padrões tecnológicos chineses. Além disso, a iniciativa também visa o gerenciamento de risco para a economia chinesa. Por exemplo, atualmente, a China depende de 60% do petróleo importado para o país. Por motivos de segurança interna, foi instaurado nos anos de 1990, como política interna, a não dependência de grandes volumes de importação de matérias-primas. Essa relação deveria ocorrer apenas de áreas controladas por empresas chinesas. Dessa forma, o Cinturão e Rota surgiu como forma de estabelecer maiores oportunidades aos chineses, pois os países em desenvolvimentos que receberem empréstimos de Pequim, muito provavelmente, estarão mais suscetíveis de cederem a investidores chineses uma participação em suas empresas e infraestrutura (CONTI; MOZIAS, 2020).

Figura 1 – Os seis corredores da Iniciativa Cinturão e Rota



Fonte: Geopolitical Intelligence Services (2019) apud Alves; Passos (2021).

Conforme a Figura 1 é possível observar que além da estratégia geopolítica da

China de garantir o fortalecimento da ligação com África, Europa, Oriente Médio e Rússia por meio dos seis corredores. Seu abastecimento de matérias-primas, que conseqüentemente, será facilitado e dependerá menos do modal marítimo. Importante ressaltar que o ganho, também, se faz para as suas províncias, uma vez que elas terão suas redes ferroviárias desenvolvidas e fomentadas, o que irá impactar diretamente no desenvolvimento das suas zonas urbanas e rurais. Este é um dos maiores programas de desenvolvimento já colocado em prática, visto que envolve diretamente mais de 138 países e 29 organismos internacionais. Estima-se que já foram aplicados mais de US\$ 6 trilhões em investimentos. Além do mais, a ampliação do comércio entre a China e os seus parceiros será fortalecida pelo aumento de uso das moedas locais. Isto significa que a ICR fomentará a internacionalização do *renminbi* por meio de ações multilaterais (JUNQUEIRA, 2021).

A Iniciativa Cinturão e Rota reflete claramente os planos de longo prazo da China no que se refere aos cenários regionais e globais. Garantir uma maior relevância dos investimentos estrangeiros diretos chineses e o surgimento de instituições financeiras patrocinadas pela China objetivam expandir a atuação geopolítica e econômica da China como "fornecedora de bens públicos ao mundo" (JUNQUEIRA, 2021, p. 54).

Ainda, segundo Junqueira (2021), devido a este universalismo e diversificação de parceiros, a questão que desponta é de que maneira a China pode manter os pilares da sua política externa de "legitimidade, pragmatismo e a não-interferência em assuntos domésticos" intactos (JUNQUEIRA, 2011, p. 55). É por meio disto que verificamos cada vez mais o fortalecimento do corpo diplomático e forças armadas chinesas. A China nunca esteve tão diplomaticamente presente nos fóruns internacionais e organizando exercícios militares como no mandato de Xi Jinping.

Além disso, importante ressaltar que a ICR contribui para a expansão da economia através da inovação e investimento em P&D. Conforme Tabela 4 e Figura 2, o crescimento das relações de troca garante o alargamento do "padrão-tecnológico desenvolvido pelos chineses e a abertura do país ao mundo" (JUNQUEIRA, 2011, p. 56).

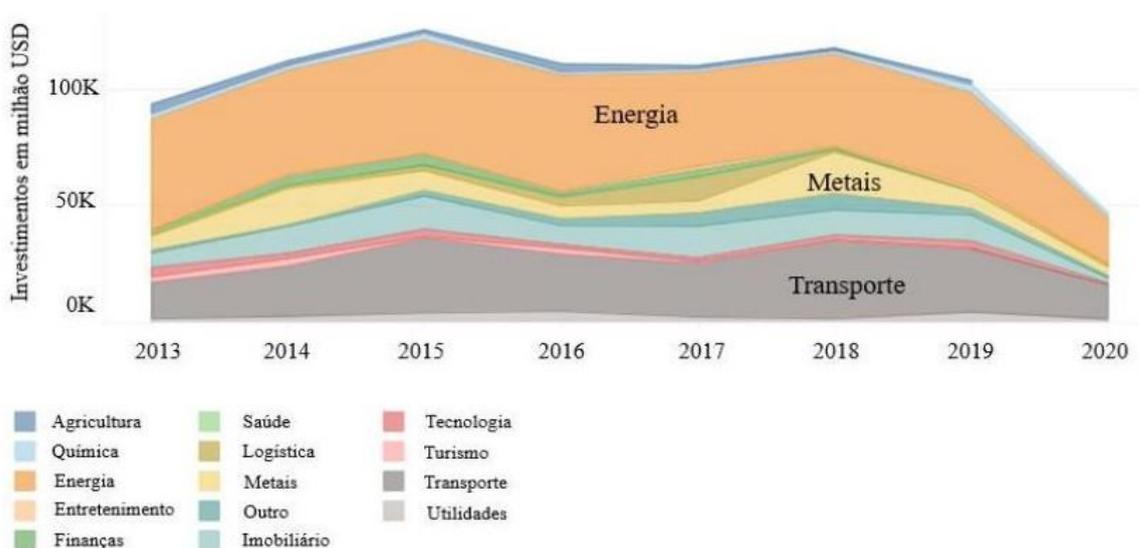
Tabela 4 – Distribuição regional percentual dos investimentos chineses (2013-2020)

Distribuição dos investimentos nas regiões	
Ásia oriental	26.48%
Ásia ocidental	21.80%
África subsaariana	21.12%
Oriente médio árabe e Norte da África	13.73%
América do Sul	6.83%
Europa	8.93%
América do Norte	1.13%

Fonte: NEDOPIL citado por Junqueira (2021).

De acordo com a Tabela 4, o governo chinês concentrou boa parte dos seus investimentos na Ásia, cerca de 48,28%. Isto se dá, em partes, devido ao seu objetivo de consolidação de poder nessa região. O contrário também pode ser notado nas regiões que sofrem maiores influências dos Estados Unidos, a Europa com apenas 8,93% e a América do Sul com 6,83% (JUNQUEIRA, 2011).

Figura 2 – Os investimentos chineses em diferentes setores ao longo da ICR (2013-2020)



Fonte: NEDOPIL citado por Junqueira (2021).

Na Figura 2, a estratégia da China de focar a ICR nas áreas em que sua dependência é mais acentuada se torna claro, principalmente, após seu ano de remodelação. Em 2020, a curva passou a cair somente devido ao início da pandemia mundial causada pelo COVID (JUNQUEIRA, 2011).

Por fim, pode-se afirmar que a questão do excesso de produção chinesa é sanada pelo ICR, pois ela permite a conexão dos centros produtivos chineses a consumidores externos por meio “das redes de infraestrutura transcontinental” (JUNQUEIRA, 2011, P. 57).

Com o objetivo de expandir a tecnologia chinesa, foi desenvolvido o *Made in China 2025*, que tem como meta converter o país em um dos líderes mais inovadores do mundo até 2030 e uma potência mundial em Ciência e Tecnologia até 2049, que coincidirá com o aniversário de centenário da República Popular da China. Além do mais, o plano enumera uma lista de metas voltadas para a autonomia produtiva, o patenteamento de projetos, qualidades dos produtos e redução de emissões de gases poluentes ao meio ambiente (MAGNO; SILVA; UNGARETTI, 2021). Ao contrário da ICR, o *Made in China 2025* tem seu foco na expansão das potencialidades domésticas, especialmente no espaço de produção de capacidade intelectual e alta tecnologia por meio de subsídios.

Por fim, o governo de Xi Jinping provocou mudanças nos seus fundamentos militares, determinando como princípios uma defesa ativa e o foco na preparação militar para ganhar guerras locais. Além disso, o objetivo era garantir esses ganhos por meio de investimento em alta tecnologia, como, por exemplo, a criação de satélites (MAGNO; SILVA; UNGARETTI, 2021).

O Estado também buscou um posicionamento mais incisivo por meio da construção de ilhas artificiais, “a declaração de Zonas de Identificação Aérea sobre o Mar do Leste da China e sobre o Mar do Sul da China” (MAGNO; SILVA; UNGARETTI, 2021, p.10). Há pouco tempo, a China projetou sua primeira base militar no exterior, localizada no Djibouti (ao norte da África), em prol ao combate da pirataria no Oceano Índico. A intenção chinesa em ampliar sua área geográfica de atuação das forças armadas e defender seus interesses ficam claras e demonstram a nova orientação da China na sua política externa e a sua nova doutrina de inserção no sistema global.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho era investigar quais foram os possíveis fatores que propiciaram a estruturação do poder político e econômico da China, em escala global, a partir da primeira década do século XXI. Como recorte de pesquisa se delimitou a partir do final do período dinástico e as três revoluções chinesas: a Revolução chinesa de 1911, a Revolução chinesa de 1949 e a Revolução Cultural de 1966. Apesar da China ser um tópico cada vez mais em pauta, houve certa dificuldade em encontrar livros e bibliografias a respeito deste tema na biblioteca da UNISC. Contudo, o acesso *on-line* a bibliografias e documentos se fez de forma satisfatória e variada.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, além do método histórico descritivo, foi utilizado, também, o método comparativo. Isso para compreender a retomada histórica das revoluções que precederam a proclamação da República Popular da China e para comparar os resultados apresentados ao longo do trabalho entre a China e os demais países. Assim, foi desenvolvido a pesquisa histórica para os períodos de Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e Jiang Zemin. Este também se qualifica como o primeiro objetivo específico do trabalho, no qual a proposta era apresentar o processo histórico de evolução econômica e política da China desde a sua abertura comercial a partir dos anos 1980. Dessa forma, a abertura comercial ocorreu no governo de Deng Xiaoping por meio das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), foi por meio destas zonas que iniciou a entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IED) na China. Conforme a Tabela 1, é possível notar que Shenzhen foi a zona costeira mais beneficiada neste processo, especialmente pela sua localização próxima à Hong Kong. Em complemento, no Gráfico 1 é possível evidenciar o crescimento linear da entrada de IED na economia chinesa.

O segundo objetivo específico era demonstrar os possíveis fatores relevantes do processo de desenvolvimento e consolidação do poder político e econômico da China a partir da primeira década do século XXI. A retomada histórica serviu para a construção e compreensão dos governos chineses mais recentes, pois por ser governada por apenas um partido político desde a proclamação da República Popular em 1949, a China apresentou uma maior continuidade nos seus programas de desenvolvimento. Isso, apesar de todas as disputas políticas que ocorreram no país e nas instituições políticas e sociais, levou a instauração de uma “estabilidade dentro

da instabilidade”. É a partir deste tópico que entramos na China atual, demonstrada por meio da abordagem dos governos de Hu Jintao e Xi Jinping. Nesse sentido, apesar da China haver ingressado na OMC no governo de Jiang Zemin, foi apenas nos anos seguintes que seus resultados se tornaram notáveis. Dessa forma, conforme evidenciado no Gráfico 4, a participação das exportações chinesas no comércio global passou de menos de 5% em 2001 para quase 15% em 2014. É com este cenário que Hu Jintao assumiu o cargo de presidente e buscou fortalecer a área de ciência e tecnologia. Segundo o Gráfico 5 e o Gráfico 6, a China passou a investir fortemente em pesquisa e desenvolvimento, quadruplicando o seu valor aplicado e ultrapassando países, até então líderes, como o Japão e a Alemanha. Foi, também, através de programas de transferência de tecnologia internacional para a China que gigantes como as empresas Lenovo e Huawei se consolidaram.

O terceiro e último objetivo específico era descrever os resultados relacionados a esses possíveis fatores que geraram o processo de estruturação política e econômica da China. Para isso, é preciso analisar o Gráfico 3, nele é possível evidenciar que em 1978 o PIB chinês não atingia nem 5% do PIB mundial, já em 2003 sua participação passou para 15%. Por consequência, isto lhe garantiu o lugar de segunda maior economia do mundo em 2010 como vislumbrado, também, nos Gráficos 5 e 6.

É nesse contexto que Xi Jinping assume como poder centralizador e passa a desempenhar uma diplomacia mais ativa, com um corpo diplomático presente em inúmeros fóruns internacionais e com o objetivo de consolidar a China como líder econômico e político. Nesse sentido, a Iniciativa Cinturão e Rota ascende como um dos fatores políticos e econômicos para a estruturação do poder da China. Desse modo, o intuito do governo chinês de estabelecer uma hegemonia regional, especialmente uma de caráter chinesa sobre a Eurásia passou a ser construída. Essa lógica vai ao encontro do pensamento de Tucídides e Hans Morgenthau, pois somente uma nação hegemônica com poder suficiente conseguiria estabelecer uma ordem dentro do seu território. Nesse sentido, movidos pela ambição, pelo poder, atores internacionais geralmente buscam firmar relações em que possuam uma vantagem relativa. Dessa forma, é por meio desse investimento que a China pretende criar uma grande rede de transportes, que além de garantir mais fácil acesso as principais rotas comerciais dos seus parceiros, também, garantirão um fortalecimento das suas exportações e maior acesso as suas importações. Conforme pode ser observado na

Figura 2, o governo chinês alocou seus investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento da sua economia.

De acordo com Bukharin, os capitalistas procuram técnicas de produção mais desenvolvidas com o objetivo de monopolizar mercados concorrentes, isto os leva a produzir em alta escala, mesmo sem a certeza de que a mais-valia será realizada futuramente. Nesse contexto, surge o *Made in China 2025* com a meta de transformar a China em um dos países mais inovadores do mundo até 2030. Entre seus propósitos pode ser elencado o patenteamento de projetos e a autonomia produtiva.

Ao abordar o processo histórico do governo chinês e expor as contribuições do Realismo e do Marxismo, a pesquisa apresentou os principais fatores que propiciaram a estruturação do poder político e econômico da China. Dessa maneira, o problema de pesquisa foi respondido de modo a elucidar sobre o desenvolvimento chinês, muitas vezes definido como um milagre por muitos estudiosos.

Nesse sentido, apesar de cada vez mais os Estados assumirem papéis centrais em diversos estudos, ainda se faz preciso conscientizar gradativamente a sociedade sobre como as relações internacionais dos países se constituem e quais são os seus efeitos, não apenas na área global, mas, também, no cenário interno. Dessa forma, a compreensão referente a economia e política chinesa, sem o reforçamento de padrões por vezes pejorativos, se mostra de grande necessidade para o entendimento da futura ordem internacional que estamos vendo nascer. Por fim, apesar da China ainda ser um país com algumas restrições, já se tornou claro, para os chineses e para o mundo, que é impossível ascender em um mundo globalizado completamente isolados.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. Q.; PASSOS, R. D. F. *A incipiente contra-hegemonia chinesa durante o governo de Xi Jinping (2013-): uma perspectiva da economia política internacional*. São Paulo: Revista Práxis e Hegemonia Popular, v. 6, n. 9, p. 191-209, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/13427/9298>. Acesso em: 17 jun 2023.

AMARAL, Gabriela G. *A “ascensão pacífica” na evolução da diplomacia chinesa nas últimas décadas*. São Paulo: Revista Aurora, v. 6, n. 1, p. 71-94, 2012.

ANDRADE, Everaldo de O. *A Revolução Chinesa – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4628085/mod_resource/content/1/A%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20chinesa%20de%201949.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

ARAÚJO, C. G.; BRANDÃO, C. M.; DIEGUES, A. C. *As transformações no modelo de desenvolvimento econômico chinês: de Deng Xiaoping ao período atual*. Minas Gerais: Revista Economia Ensaios, n. 33, p. 1-40, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Diegues/publication/333769393_As_transformacoes_no_modelo_de_desenvolvimento_economico_chines_De_Deng_Xiaoping_ao_periodo_atual/links/5d25ee69a6fdcc2462d1648d/As-transformacoes-no-modelo-de-desenvolvimento-economico-chines-De-Deng-Xiaoping-ao-periodo-atual.pdf. Acesso em: 6 jun. 2023.

ARBIX, G. MIRANDA, Z.; TOLEDO, D. ZANCUL, E. *Made in China 2025 e Indústria 4.0. A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação*. São Paulo: Revista de Sociologia da USP, v.30, n. 3, p. 143-170, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/144303/148939>. Acesso em 18 jun. 2023.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2013.

BARBOSA, Camila P. *Natureza humana como primeira imagem das Relações Internacionais: fundamentos filosóficos para a teoria realista estruturalista de Kenneth Waltz*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7525/2/DIS_CAMILA_PALHARES_BARBOSA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

BARBIERI, Mariana Delgado; ZAGO, Lisandra. *Modernização, incorporação e sobrevivência da população rural – o caso chinês pós 1978*. Paraná: Caderno de Ciências Sociais da UFRPE, n. 16, 2020. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/3408/482483591>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CARVALHO, Miguel H. *Evolução política e econômica da China no período maoísta (1949-1978)* – Universidade Estadual de Campinas, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2016/11/Evolução-Política-e-Econômica-da-China-no-Período-Maoísta_Miguel-Henriques-de-Carvalho.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

CASSIOLATO, José E. *As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China*. Rio de Janeiro: Boletim de Economia e Política Internacional, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3928/1/BEPI_n13_politicas.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

CELINO, Eduardo A. de B. *As zonas de desenvolvimento econômico como instrumento de políticas públicas: a estratégia de desenvolvimento econômico da China*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2185/1/2006_Eduardo%20Andr%c3%a9%20de%20Brito%20Celino.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

CONTI, B. M.; MOZIAS, P. *A “Iniciativa do Cinturão e Rota”: desafios e oportunidades para a China e para o Mundo*. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 9, n. 17, p. 212-241, 2020.

COSTA, K. T.; LEVY, P. M.; NEGRY, F.; NONNENBERG, M.B.; *O crescimento econômico e a competitividade chinesa*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1487/1/TD_1333.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

CUNHA, S. F.; XAVIER, C. L. *Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI*. Revista de Economia Política, v. 30, n. 3, p. 491-510, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/pkbyw44tmkZM9dspyBwFKHM/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2023.

DANTAS, T.; MESQUITA, E.; SALES, R. *Análise da mudança de direcionamento econômico chinês durante o governo de Deng Xiaoping* – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/23926/1/Trabalho%20de%20Conclus%c3%a3o%20de%20Curso%20-%20An%c3%a1lise%20da%20mudan%c3%a7a%20de%20direcionamento%20econ%c3b4mico%20chin%c3%aas%20durante%20o%20governo%20Deng%20Xiao ping.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. *Comércio bilateral entre a China e o Brasil (2003)*. Disponível em: <http://www.embchina.org.br/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GARCIA, Ana S. *O debate acerca do Estado e sua 'internacionalização': contribuições da teoria crítica e do marxismo para as Relações Internacionais*. Revista de Relações Internacionais da UFGD. V. 8. N. 15, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAGE, José A. A. *A Teoria da Dependência: Uma contribuição aos estudos de Relações Internacionais*. Revista Política Hoje. V. 22. N. 1, 2013. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35770274/218-1163-2-PB_1-libre.pdf?1417262687=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_Teoria_da_Dependencia_Uma_Contribuicao.pdf&Expires=1687650081&Signature=ebskp-aCTvBccykuSwUz3heRuni2WCfFcc~WX7vBMZpM4R2u2ocoLxeus8UEJfZ1MEQjT H9Ymz1O4B1seLTae6ew3Qull-hk~5-pol6Xzfx08vTFwvn~zc7y4xMv4sXVsMZIVQIR1mc-zW6N4CUZez-tOVuJyWXyyVL0CV72Zn~VIRCsbNQvmeEmTDAWD5ENOXy~05zYiOKfBYZM2fUc agMbMLHxd3uPPF58HidgMigPMigvJP3t8Jtxsy5SPuBj75uu2P5XPPbYQUP27apfR mbgHQ0oUbHGJelio79OuCxIGvYKKDZ94MC86enXxUdYv6ABjduQFTyvvaGxbZ88g__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 5 abr. 2023.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. *Introdução às Relações Internacionais: Teorias e abordagens*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2007.

JUNQUEIRA, Philippe A. *A Política Externa Chinesa de Xi Jinping: a contribuição da Iniciativa do Cinturão e Rota para a inserção internacional da China na Nova Era*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/17096/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Philippe%20Alexandre%20Junqueira%20-%202021%20-%20Total.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LEÃO, Rodrigo P. F. *O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detailhe/775192>. Acesso em: 6 jun. 2023.

LIMA, Anna T. C. C. *Continuidade e mudança na política externa chinesa: a política do governo de Xi Jinping e o caso do mar do Sul da China*. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18769/1/ATL15122020.pdf>. Aceso em: 14 jun. 2023.

MAGNO, B.; MUNHOZ, A.; UNGARETTI, C. R. *As mudanças na Política Externa Chinesa a partir de Xi Jinping (2013-atual): uma Grande Estratégia de país central?* Porto Alegre: 8º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/77194422/2021_MAGNO_MUNHOZ_UNGARETTI_2021_ARTIGO_ABRI.docx-libre.pdf?1640284008=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAs_mudancas_na_Politica_Externa_Chinesa.pdf&Expires=1687112207&Signature=ROfeNfYCD0BG~lYjl4cpgLmGERKEvSoZpeJoXzJqqMfd1rbH3NDHddAH3aaHIKUKLaWHn40LSAqTBcDQs0rfoAlpY9uKllchfSUHn4biECLNnhCRVe5zqeTbHlqwY4jmvW9EkKV~Ph~irBw2J3HifXJb6Xm3x1E~EhtGxWTfd13ftwdDs3wXZG-zPHh6pII SOC3Q-wg3yvYGqVo5s~eVvgDsi6K1EyduY5n19Cws-2QlbuPontHWaq9xyOKuGLMUFNL-ZfaObCu~jKdRcV5UJ KXYc5sqo9etaCNNKJO1F8x8H~K~vwS9F5Hr8MsCJmu-F8VXle2hUfJcLYKD2Xqn2g__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 18 jun. 2023.

MARTINS, A. R. Alves; MIKLOS, M.; RODRIGUES, P.; VIGEVANI, T. *A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais* – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/QwBSP5snq7Vyz6z7jSXxfDF/?lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MIGUEL, Gabriel V. A. *A estratégia de desenvolvimento econômico chinesa pós-1978 vista após a adesão à organização mundial do comércio em 2001*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/37661/1/EstrategiaDesenvolvimentoEconomico.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MOTTA, Luiz E. *O socialismo com características chinesas: continuidade e descontinuidade da Era Mao Tsétung ao pragmatismo pós -1978*. Revista Izquierdas, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/42681284/Socialismo_com_caracter%C3%ADsticas_chinesas_Izquierda. Acesso em: 9 jun. 2023.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

NOVAK, V. V.; CASTRO, S. K. V. *A legitimidade do governo chinês: uma análise exploratória*. Revista Parlamento e Sociedade, v. 7, n. 13, 2019. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/173/153>. Acesso em: 14 jun. 2023.

OLIVEIRA, Daniel S. *Marxismo e Relações Internacionais: duas abordagens (Hardt / Negri e Cox)*. Revista Temáticas, V. 15. UNICAMP. Campinas, 2007. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13644/8944>. Acesso em: 5 abr. 2023.

OLIVEIRA, Jacqueline B. *China: uma análise dos fatores do crescimento econômico pós abertura de 1978*. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120278/oliveira_jb_tcc_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 jun. 2023.

PEREIRA, A. D.; SARDO, I. E. *Os ciclos sistêmicos de acumulação na obra de Giovanni Arrighi: a crise de 2008, o fim da hegemonia norte-americana e a posição da China*. Austral: revista brasileira de estratégia e relações internacionais. V. 11, N. 21, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/125358/85843>. Acesso em: 5 abr. 2023.

PEREIRA, Daniela. *A Revolução Cultural Chinesa*. – Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34180243/A_Revolucao_Cultural_Chinesa_FIN_AL-libre.pdf?1405156531=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_Revolucao_Cultural_Chinesa.pdf&Expires=1687299961&Signature=A3~XXYE9Or1auMJ-Hrkq6jqa5fBxNgsstk6rpsKkXQ2HA-pTAsrmNilGHpDE2urlwsLrp1IZNmrPlaBMDPPlz86VYYFZkhj0ep4QuCeTuvFqWCy19l~V7W3oYgQHs3Xg2rdg6wtQseTSE~8jNoqouYLOL0XA0yH8Euhr0iskWGYtY9OsyNeUZyFNQIDjwbi98xasrl5q-3pAB6yvXmnXXdDrRjzBc~qNAyV4izMtefGXRgBO4nbzjCbIT9Uc7B0qkZXPahprv-fCTAv1dzjCHxnYSg7NljbHwMkf6KiV4i9F2PPGUDrWPg2vVIsT3Q9R80OPkTaqZqyw6jTB8sWllg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 5 jun. 2023.

PEREIRA, Vinícius V. *As primeiras preocupações com a periferia do sistema capitalista nas teses do imperialismo de Kautsky e Bukharin*. Nova Economia, V. 27, Nº 2, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/GzMhDSgTk7h9whkhpv9NTbx/abstract/?lang=pt>. Acesso: 25 abr. 2023.

POMAR, Wladimir. *A revolução chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

RELATÓRIO AO 7º CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA. Tradução de Jorge Vasconcelos. 15 de outubro 2007. Disponível em: <<http://www.odiarrio.info/b2-img/pcchines.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ROSSI, Maria C. K. *A ascensão da China como potência mundial a partir da reestruturação econômica introduzida por Deng Xiaoping*. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) – Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.faap.br/pdf/faculdades/economia/monografia/rel-internacionais/2011/Maria%20Carolina%20Koch%20Rossi.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SANTANA, Cristiane Soares. *Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)* – Universidade Federal da Bahia: História social, n17, 2009.

SANTOS, Andressa. *O realismo na teoria das Relações Internacionais*. Faculdade Damas, Caderno de Relações Internacionais. V. 3, N. 5, 2012.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo, 2005. Editora Saraiva.

SILVA, Athos M. M. *Construção do Estado moderno na China: inserção internacional e objetivos estratégicos*. Florianópolis: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2016. Disponível em: http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466433479_ARQUIVO_SILVA,Athos-2016-ENABED-ConstrucaodoEstadoModernonaChina-Insercaointernacionaleobjetivosestrategicos.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

THORSTENSEN, Vera. *A OMC - Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais*. Revista Brasileira Política Internacional, v. 41, n. 1, p. 57-89, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/HFnpszPpdGLwxSqNH9GNx4R/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As dimensões esquecidas do desenvolvimento chinês (1949-1979)*. Século XXI, Porto Alegre, V. 7, N° 1, 2016.